

# Seguridade

## Social e Tributação

Ano XXII | Nº 112 | Brasília | julho/setembro de 2012



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS AUDITORES-FISCAIS DA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

## Aduana na RFB

### UM MODELO QUE DEU CERTO



**COPA DO MUNDO: A HORA  
DE O BRASIL MARCAR GOL**

**IDOSOS: MAIOR RENDA,  
MAIOR PODER DE CONSUMO**



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e leia esta e outras edições da revista

**PROJETO**  
**ANTICORRUPTORES**  
A **ANFIP** apoia essa iniciativa



**PL 6826-2010**  
Uma proposta a favor do Brasil

# Servidor da sociedade

Nenhuma nação se constroi sem os servidores públicos. Essa dogmática constatação não deixa margem a nenhuma dúvida nos países desenvolvidos e industrializados, onde a sociedade pode ver-se beneficiária de estruturas edificadas ao longo dos séculos, pela ação do Estado na construção e na consolidação de bases sólidas que garantam o bem estar social. No Brasil, ao contrário, vive-se ainda o obscurantismo negativista dos que teimam em ignorar o óbvio, valendo-se muitas vezes de linguagem corrosiva carregada de pretensas ironias, cujo efeito devastador reside em tentar eliminar a perspectiva do benefício antes do seu inevitável advento. Vítima de uma inexplicável e persistente campanha de desgaste do servidor público, a sociedade acaba se tornando refém da autofágica miragem enganadora que tem como legados altamente maléficos a si própria o desestímulo, a baixa estima e o desânimo que apenas adiam – muitas vezes por tempo indeterminado ou além do suportável – o progresso inerente à postura saudável e positiva dos que se ocupam em construir em vez de apenas denegrir.

Basta olhar em volta. Os serviços públicos estão por toda parte. Deles dependemos e vamos continuar dependendo, queiram ou não as deletérias visões distorcidas ou intencionalmente equivocadas e equivocantes, um neologismo que bem serve à época em que vivemos. E as crescentes demandas somente serão atendidas, na medida em que forem surgindo, caso se fortaleçam – em vez de se tentar destruí-las – as estruturas que, a duras penas, foram sendo construídas ao longo de tantos anos, com tanto esforço e certamente com muito sacrifício. Este é o óbvio que parece não estar ao alcance dos que distorcem os fatos, contra os quais não há argumentos, segundo nos ensina a sabedoria popular. Há também uma evidente miopia política perpetrada pelos que, numa visão maniqueísta, imaginam que o poder público se contrapõe à iniciativa privada, e vice-versa, quando na verdade ambas as forças devem atuar e se empenhar, cada uma em sua seara, na construção de um grande país e de uma grande nação.

A ANFIP orgulhosamente representa, em âmbito nacional, os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil, altamente qualificados e responsáveis por um trabalho de extrema complexidade. A RFB, por sua vez, tem consolidado sua posição como órgão de incontestável grau de excelência, com reconhecimento internacional e despontando mesmo como modelo para vários países. São os auditores-fiscais da RFB os responsáveis pelos crescentes números de arrecadação, em consequência dessa alta qualificação e de uma vigorosa e incessante atuação destinada a dotar o Estado dos recursos que possibilitem o atendimento das demandas da sociedade. Essa inabalável ação em favor do Brasil mantém o vigor em meio a intempéries de toda natureza: ataques infundados, visões pré-concebidas, governantes midiáticos, os que não sabem o que dizem e sobretudo os que aparentemente não conseguem perceber o potencial demolidor de seus intencionais equívocos.

Mas isso não é capaz de abalar a consciência dos que têm a convicção do dever a cumprir. Embora os auditores-fiscais da RFB componham hoje uma equipe de 12 mil servidores, quando o número deveria elevar-se a mais de 20 mil; embora preceitos constitucionais sejam flagrantemente afrontados, no que se refere à justa correção anual das remunerações; embora crises internacionais sejam usadas como pretexto para rejeitar reivindicações legítimas, ainda que o resultado do trabalho desses servidores seja mais uma comprovação de sua eficiência e dedicação, apesar da alegada crise; embora pretensos planos de aposentadoria complementar altamente temerários e duvidosos sejam empurrados goela abaixo dos servidores públicos; embora as reivindicações por melhores condições de trabalho sejam tão repetidamente ignoradas, a categoria permanece atuando com a serenidade dos que cultivam a certeza de que a vocação do país é o progresso e de que a verdade prevalecerá, mais dia, menos dia, porque ela é a filha dileta da justiça. Por todas essas razões, a luta continua!!!

**DIRETOR RESPONSÁVEL:**  
Jeziel Tadeu Fior

**EDITOR:**  
Gerson Menezes

**FOTOS:**  
Agência Brasil, Arquivo ANFIP,  
+iMAGEM! Júlio Gomes e Shutterstock

**REPORTAGEM:**  
Gerson Menezes  
Daiana Lima

**REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:**  
Texto e Vídeo Produções  
([www.textoovideo.com.br](http://www.textoovideo.com.br))

**CONSELHO EDITORIAL:**  
Álvaro Sólón de França  
Jeziel Tadeu Fior  
José Roberto Pimentel Teixeira  
Miguel Arcanjo Simas Novo

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:**  
Gilmar Eumar Vitalino

## CONSELHO EXECUTIVO

**Álvaro Sólón de França**  
Presidente

**Florian José Martins**  
Vice-Presidente Executivo

**José Roberto Pimentel Teixeira**  
Vice-presidente de Assuntos Fiscais

**Maria do Carmo Costa Pimentel**  
Vice-presidente de Política de Classe

**Benedito Leite Sobrinho**  
Vice-presidente de Política Salarial

**Roswílio José Moreira Góis**  
Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social

**Léa Pereira de Mattos**  
Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões

**Ana Mickelina Barbosa Carreira**  
Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações  
Interassociações

**Eucélia Maria Agrizzi Mergar**  
Vice-presidente de Serviços Assistenciais

**Márcio Humberto Gheller**  
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

**Miguel Arcanjo Simas Novo**  
Vice-presidente de Estudo e Assuntos Tributários

**Rosana Escudero de Almeida**  
Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro

**Josemar Jorge Cecatto Santos**  
Vice-presidente de Finanças de Planejamento e Controle  
Orçamentário

**José Tibúrcio Tabosa**  
Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

**Jeziel Tadeu Fior**  
Vice-presidente de Comunicação Social

**João Laércio Gagliardi Fernandes**  
Vice-presidente de Relações Públicas

**Jorge Cezar Costa**  
Vice-presidente de Assuntos Parlamentares

**Marcos Rogério Alves Ribeiro**  
Vice-presidente de Tecnologia da Informação

## CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Correa Braga (2011/2013)  
Durval Azevedo de Sousa (2012/2014)

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (2012/2014)

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz

AL - André Vilaça dos Santos

AP - Emir Cavalcanti Furtado

AM - Cleide Almeida Nóvo

BA - Raimundo João Duailibe

DF - Floriano Martins de Sá Neto

CE - Givanildo Aquino da Silva

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Carlos José de Castro

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MS - Vanderlei Veiga Tessari

MT - Wilza do Carmo Pereira Soares

MG - Afonso Ligório de Faria

PA - Avelina Marinho de Oliveira

PB - Lucimar Ramos de Lima Ramalho

PR - Ademar Borges

PE - Luiz Mendes Bezerra

PI - Lourival de Melo Lobo

RJ - Sergio Wehbe Baptista

RN - Maria Aparecida Fernandes P. Leme

RS - Marville Taffarel

RO - Eni Paizanti de Laia Ferreira

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

SC - Pedro Dittrich Junior

SP - Margarida Lopes de Araujo

SE - Jorge Lourenço Barros

TO - José Carlos Rego Moraes

## ASSESSORIA SOCIOECONÔMICA

**Vanderley José Maçaneiro**  
Assessor

Esta edição: 20.000 exemplares.  
Distribuição gratuita

A assinatura da Revista da Seguridade Social é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br). Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.

# Ao leitor

Em resposta a especulações quanto à retirada da Aduana da estrutura da RFB, o subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Ernani Argolo, diz que isso é perda de tempo. Ele enfatiza que a diretriz correta é fazer os investimentos necessários para garantir o cumprimento da meta institucional do órgão. A ANFIP, que tem se pronunciado contra esse desmembramento, acredita que a estrutura atual otimiza e simplifica o trabalho, já que os procedimentos de controle aduaneiro estão intimamente ligados à tributação de bens, seja no tocante à produção quanto ao consumo das mercadorias. A ANFIP defende claramente o fortalecimento da Aduana e tem ampliado e reforçado o debate em defesa da manutenção da Aduana brasileira na estrutura da RFB. Na entrevista, Ernani Argolo expõe também as mudanças nos procedimentos de atendimento e as novas regras que têm aperfeiçoado o trabalho da Aduana.

Em matéria sobre a Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, o Governo adota a posição de defesa da realização do campeonato mundial, argumentando que o evento vai contribuir para o desenvolvimento do país. A estimativa do governo é de que serão criados 330 mil novos empregos diretos e 400 mil temporários. No setor de infraestrutura, os investimentos chegarão a R\$ 33 bilhões, destinados à modernização e à construção de aeroportos, portos, melhorias no transporte urbano, na segurança e na saúde. Serão 32 equipes, com mais de 352 atletas que moverão nações, dos cinco continentes. Várias autoridades se pronunciaram sobre a realização do evento no Brasil.

Matéria sobre o “novo poder dos idosos” mostra a ampliação da faixa da população com mais de 60 anos de idade, que hoje conquista maior renda e dita hábitos de consumo. A previsão para este ano é de que a população com mais de 60 anos no Brasil terá uma renda de R\$ 402,3 bilhões, superando o PIB registrado pelo Peru em 2010. A renda dos homens atingirá a cifra de R\$ 229,77 bilhões e a das mulheres será de R\$ 172,53 bilhões.

No setor de saúde, o tema é o câncer de laringe, que, como sempre acontece nos casos de tumores malignos, conduz à recomendação quanto à importância de realização de exames preventivos.

Boa leitura.



# Cartas

## ESPORTES E EDUCAÇÃO

O Brasil envergonha em muitas estatísticas, e a recente realização das Olimpíadas demonstra que afinal não chegamos ao patamar que deveria caber àquela que é considerada a sexta economia do mundo. É injustificável e incompreensível que o Brasil fique em posição tão vexatória no ranking dos medalhistas, demonstrando que, em matéria de esportes e de educação, muito ao contrário de haver progresso, está ocorrendo decadência em escala preocupante. São também vexatórias as estatísticas quanto aos "analfabetos funcionais", ou seja, aqueles que não sabem sequer interpretar aquilo que lêem. Apesar de tanta propaganda quanto ao suposto avanço do país no setor social, bem como das duvidosas notícias sobre melhoria de renda da população, o fato é que não vemos esforço nenhum no sentido de fazer com que setores fundamentais, como educação e esportes, que estão intimamente interligados, sejam efetivamente incentivados. Todos sabem que em países como os Estados Unidos, o grande êxito nos esportes se deve à aplicação maciça de verbas nas escolas para que os alunos pratiquem educação física e várias modalidades esportivas, daí sobressaindo-se o país nas competições internacionais. Fazamos figa para que, pelo menos durante a realização das Olimpíadas no Brasil, não sejamos protagonistas de um verdadeiro vexame a ser televisionado para o mundo inteiro.

**Maria do Socorro Oliveira S. O. de Albuquerque**  
Belém, Pará

## CRUELDADE

Leio interessante carta de um leitor sobre o Fator Previdenciário na edição 111 dessa revista. Em seguida, leio nos jornais que a discussão sobre o fim dessa fórmula, mais uma vez, foi empurrada com a barriga para uma data imprevisível. Vêm aí as eleições, o "mensalão" virou manchete, os jogos do Brasil nas Olimpíadas se transformaram de novo no ópio do povo e, afinal, vem também pela frente a Copa do Mundo no Brasil. É muita coisa para "distrair" a galera, e o aposentado que se dane.

Esse Fator de morte anunciada e nunca concretizada nunca deveria ter existido. Na verdade, o que se quer é que o trabalhador se aposente quando não há mais tempo para viver. Chega a ser deprimente a forma como os governos tratam o ser humano. Enquanto isso, recursos da Previdência são desviados e as correções de quem ganha de aposentadoria acima do salário mínimo continuam sendo achatadas anualmente. Trata-se de uma política intencionalmente marcada pela crueldade e pela injustiça social. Está na hora de o Brasil dos verdadeiros brasileiros, afinal, acordar. Chega de dormir no berço nada esplêndido das injustiças sociais.

**Antônio de Jesus B. C. de Souza**  
Jundiaí - SP

## ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: [comunicacao-social@anfip.org.br](mailto:comunicacao-social@anfip.org.br)

# SUMÁRIO

## Copa 2014

Segundo o Governo, a Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, irá contribuir para o desenvolvimento do país. A estimativa é de que sejam criados 330 mil novos empregos diretos e 400 mil temporários. No setor de infraestrutura, os investimentos chegarão a R\$ 33 bilhões.



7

12

## Aduana na RFB

A Aduana deve permanecer dentro da estrutura da RFB? O subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da RFB, Ernani Argolo Filho, defende a atual estrutura e diz, em entrevista exclusiva, que não é hora de "perder tempo rediscutindo modelos institucionais". O importante, diz ele, é fazer investimentos para melhorar o atendimento.



## Câncer de laringe

O câncer de laringe representa cerca de 25% dos tumores malignos que atingem a região da cabeça e do pescoço. Cerca de dois terços desses tumores surgem na corda vocal verdadeira e um terço acomete a região localizada acima das cordas vocais. Os principais sintomas são a rouquidão e uma pequena dor na garganta, que pode atingir também o ouvido.



20

22

## O poder dos idosos

A população com mais de 60 anos no Brasil terá uma renda de R\$ 402,3 bilhões em 2012, superando o PIB registrado pelo Peru em 2010. A renda dos homens atingirá a cifra de R\$ 229,77 bilhões e a das mulheres será de R\$ 172,53 bilhões. Trata-se de um novo "poder" ao qual os meios de comunicação vêm dando destaque devido ao seu potencial de consumo.



## Assessoria Econômica

A arrecadação e a realização das despesas promovidas pelo governo no primeiro semestre do ano são analisadas frente a observações, ainda que iniciais, sobre o comportamento da economia. As expectativas positivas estão sendo transferidas para o resultado do segundo semestre.



26

45

## Ideias e Debates

A médica e deputada federal Jandira Feghali analisa a proposta de redução ou isenção de impostos. "... É preciso verificar a que fim se destinam para que não recaia sobre o orçamento da Seguridade o ônus de desonerações que têm objetivos diversos daqueles propostos pelo sistema de proteção social", adverte.





# hora *da goleada*

Investimentos e reflexos da  
realização do Mundial no Brasil

**G**overno federal afirma que evento vai contribuir para o desenvolvimento da Nação. Estima-se que serão criados 330 mil novos empregos diretos e 400 mil temporários. No setor de infraestrutura, os investimentos chegarão a R\$ 33 bilhões, destinados à modernização e à construção de aeroportos, portos, melhorias no transporte urbano, na segurança e na saúde

“O País do futebol”. Assim o Brasil é visto por mais de 193 milhões de brasileiros e quiçá pela população mundial. Agora todos aguardam pela 20ª edição de um dos maiores acontecimentos esportivos do planeta: a Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil.

Serão 32 equipes, com mais de 352 atletas que moverão nações, dos cinco continentes. Nosso País tem cinco títulos mundiais (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002) e é o único que participou até agora de todas as edições desse campeonato.

No entanto, a preocupação dos brasileiros vai além do fato de o País conquistar ou não mais um título. O que a população quer saber é se o Brasil terá capacidade de receber um evento grandioso como a Copa do Mundo.

O governo federal vem anunciando que estão sendo feitos investimentos em todos os setores e que pretende qualificar mais de 200 mil pessoas para atenderem a demanda de visitantes nacionais e estrangeiros. O tema é discutido diariamente pelo governo e, com isso, metas são implantadas.

Os ministérios do Esporte e do Turismo agem em parceria para trabalhar as opções de crescimento, pois o País é rico em diversidade cultural de Norte a Sul e é preciso



saber como aproveitar o momento para expandir a Nação.

Para o ministro do Esporte, **Aldo Rebelo**, os preparativos para a Copa de 2014 caminham bem e as construções essenciais serão entregues dentro dos prazos solicitados pela Fifa. “Não existe possibilidade de as obras não serem entregues dentro do prazo. Eu tenho a expectativa, a convicção, e mais do que a expectativa e a convicção, tenho me esforçado com governadores e

prefeitos para que as obras sejam entregues para a Copa”, afirma o ministro.

Ainda segundo Aldo Rebelo, o desafio de receber um evento como este é enorme, mas o País trabalha duro em cima da responsabilidade que lhe foi dada.

Para o ministro do Esporte, o impacto na economia nacional prospera a cada dia. “A Copa do Mundo já gerou efetivamente, no Brasil, um ambiente favorável ao seu desenvolvimento econômico, turístico, científico, tecnológico. E acrescentará ao crescimento da economia brasileira um percentual médio de 0,4% até o ano de 2019”.

De acordo com dados do governo federal, serão investidos mais de R\$ 12 bilhões em mobilidade urbana: metrô, VLTs (veículos leves sobre trilhos), monotrilhos e corredores exclusivos de ônibus nas cidades-sede. Ou seja, após o mundial, o objetivo é de que cerca de 53 milhões de brasileiros sejam beneficiados com o investimento e que toda a dificuldade de locomoção tenha redução drástica.



## ESTRANGEIROS NO BRASIL

O Ministério do Turismo também vai aproveitar o evento para expandir o número de turistas nas cidades-sede. Para o ministro do Turismo, **Gastão Vieira**, as

---

iniciativas devem apresentar excelentes resultados tanto no Mundial quanto após ele. Até junho de 2014, a expectativa é de mais de 7 milhões de estrangeiros no Brasil, o que vai gerar enorme movimentação nas aduanas, nos portos e nos aeroportos.

“Hoje o turismo, em geral, representa apenas 3% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, mas diante de todas as construções que estão sendo concluídas, o PIB no turismo deve saltar para R\$ 183 bilhões até 2019. De benefícios econômicos, serão R\$ 47 bilhões de impacto direto em infraestrutura, turismo, geração de empregos, consumo e tributos. O Brasil só tem a ganhar”, afirma o ministro.

## CONTROLE FISCAL

Para o governo federal, todas as obras que envolvem a Copa de 2014 vão de vento em popa. No entanto, para a Receita Federal do Brasil, muito ainda precisa ser pensado.

Segundo o assessor especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Ronaldo Lázaro Medina, as demandas vão além dos serviços aduaneiros durante a execução de tarefas voltadas para a Copa. “Há também as obrigações do Brasil com os encargos como, por exemplo, os benefícios fiscais a empresas envolvidas e a concessão de isenções. Nós estamos, na verdade, falando de um leque de objetos de controle que não são apenas aduaneiros, mas que envolvem um universo tributário bastante variado”, ressalta Medina.

Por esse motivo, a Receita Federal do Brasil quer garantir os benefícios fiscais às empresas que se destinarão ao serviço. “Atrás desse sistema normativo propriamente, precisaremos ainda de sistemas informativos que deem conta do controle fiscal, e isso é importante por conta da codificação e da variação dos gastos tributários”, completou.

Ou seja, dois grupos da RFB ficaram centralizados para a organização e a estratégia dos jogos de 2013 e de 2014: o CPEI (Comitê de Preparação para os Grandes Eventos Esportivos Internacionais) e a CPEC (Comissão de Planejamento Estratégico e Coordenação).

Além disso, muitos benefícios estão em curso. Empresas ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na construção e reforma de estádios têm direito à suspensão e à isenção de tributos na compra de materiais e de equipamentos, o que representa de forma significativa lucro real nas empresas.

Em relação ao tratamento tributário recebido de pessoas físicas, quando provenientes de trabalhos executados no Mundial, estes serão isentos do imposto sobre a renda dos rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos pela Fifa. O valor é de até cinco salários mínimos por mês, sem prejuízo da aplicação da tabela de incidência mensal do imposto sobre a renda do valor excedente.

## AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Para a presidente Dilma Rousseff, as ações tomadas pelo governo vão apenas gerar lucro ao País. Em programa semanal com a presidente, Dilma explica: “São 25 órgãos federais envolvidos no planejamento e na execução dos empreendimentos. Criamos o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que tornou mais ágil e seguro o processo licitatório. Uma Matriz de Responsabilidades, assinada em 2010, delimitou as atribuições da União, estados, Distrito Federal e municípios. Um Comitê Gestor acompanha em tempo real as ações em desenvolvimento. Os 12 estádios em obras estarão prontos a tempo. Criamos a Secretaria de Aviação Civil (SAC) e realizamos a concessão dos aeroportos de Natal, Brasília, Guarulhos e Viracopos, para dar mais agilidade aos investimentos.”

Ainda segundo a presidente, “na mobilidade urbana, estão sendo investidos R\$ 12 bilhões - sendo R\$ 7,4 bilhões em financiamento público federal - em 51 projetos nas cidades-sede, envolvendo BRTs (sigla, em inglês, para “Ônibus de Trânsito Rápido”), Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), corredores de ônibus, terminais e monotrilhos. Sete portos terão quase R\$ 900 milhões em investimentos para

receber navios de cruzeiro, que ampliarão a oferta de hospedagem. Tudo isto para que o Brasil possa fazer bonito não apenas dentro dos campos, mas também fora deles.”

O governo federal afirma que o Mundial vai contribuir para o desenvolvimento da Nação, gerando empregos e aumentando a renda do trabalhador. Estima-se que serão criados 330 mil novos empregos diretos e 400 mil temporários. O evento tornará o Brasil uma vitrine internacional – expectativa de cerca de 600 mil turistas por ano.

No setor de infraestrutura, os investimentos chegarão a R\$ 33 bilhões. São recursos destinados à modernização e à construção de aeroportos, portos, melhorias no transporte urbano, na segurança e na saúde. Ou seja, os investimentos não servirão apenas ao evento. O legado da Copa estará presente no cotidiano de cada um dos brasileiros, assegura o governo, em tom otimista.

## INVESTIMENTO EM OBRAS

Faltam menos de dois anos para o início desse mega evento esportivo, mas, desde que houve a definição do país sede, em 20 de outubro de 2007, iniciou-se um abrangente esforço nacional. Desde maio em questão, quando houve a ratificação das 12 cidades-sede, um trabalho de planejamento e

de execução de empreendimentos estratégicos desencadeou um processo de desenvolvimento que transcende qualquer parâmetro esportivo.

Com tanto favoritismo e empolgação, as doze capitais dão andamento aos preparativos dos estádios que irão receber as seleções. As cidades-sede são: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Custos elevados, diversas exigências e contra o tempo, os estádios e arenas vão sendo construídos ou reformados nos estados-sede. A questão é que algumas obras estão em atraso considerável e preocupante. Construções embargadas, valores revistos pelo Tribunal de Contas da União e reajustes orçamentários parecem não ter fim. São problemas encontrados que se arrastam ao longo do processo.

Dos 12 estádios, o Arena das Dunas, em Natal (RN), é o mais atrasado na construção e terá 45 mil assentos. O Mineirão, em Belo Horizonte (MG), segue com 71% das obras concluídas e terá capacidade para 64,5 mil lugares.

A expectativa dos brasileiros, qualquer que seja o resultado da Copa, é de que fique um relevante legado em infraestrutura, criação de emprego e renda e promoção da imagem do País em escala global. O brasileiro deseja que o Brasil seja ainda melhor, em todos os sentidos.

OBRAS	PÚBLICO	INVESTIMENTO TOTAL	FINANCIAMENTO FEDERAL
Estádio Mineirão – BH	64.500 mil	R\$ 695 milhões	R\$ 400 milhões
Estádio Nacional Mané Garrincha – DF	71 mil	R\$ 812,2 milhões	Não haverá
Arena Pantanal - MT	43.600	R\$ 518,9 milhões	R\$ 285 milhões
Arena da Baixada – PR	41 mil	R\$ 234 milhões	R\$ 123 milhões
Estádio Castelão – CE	67 mil	R\$ 518,6 milhões	R\$ 351,5 milhões
Arena da Amazônia – AM	44.310	R\$ 532,2 milhões	R\$ 400 milhões
Arena das Dunas – RN	45 mil	R\$ 417 milhões	R\$ 396,5 milhões
Estádio Beira-Rio – RS	60.800	R\$ 330 milhões	R\$ 235 milhões
Arena Pernambuco – PE	46 mil	R\$ 500,2 milhões	R\$ 400 milhões
Estádio do Maracanã – RJ	76 mil	R\$ 808,4 milhões	R\$ 400 milhões
Arena Fonte Nova – BA	50 mil	R\$ 591,7 milhões	R\$ 323,6 milhões
Arena de Itaquera – SP	65 mil	R\$ 820 milhões	R\$ 400 milhões

## PRINCIPAIS ITENS DA LEI GERAL DA COPA

### **Bebidas alcoólicas**

Permitida a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios.

### **Meia-entrada e grupo 4**

Na Copa de 2014, serão reservados 300 mil ingressos para uma categoria especial, popular, chamada Categoria 4.

Os tíquetes, que serão vendidos pelo valor de meia-entrada, a cerca de R\$ 50, atenderão a grupos como idosos, estudantes e participantes de programa federal de transferência de renda.

O texto especifica que a Copa das Confederações, evento-teste de 2013, terá 50 mil ingressos na Categoria 4. No caso das entradas mais baratas para indígenas ou pessoas que aderirem à campanha “Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência, com trabalho decente”, será necessário um acordo entre o poder público e a Fifa.

### **Pessoas com deficiência**

Cota de 1% dos ingressos para pessoas com deficiência.

### **Responsabilidade civil**

A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à Fifa, a seus respectivos representantes legais, empregados ou consultores, na forma do art. 37, § 6º, da Constituição.

### **Áreas de restrição comercial**

A União colaborará com estados, DF e municípios para assegurar à Fifa e às pessoas por ela indicadas autorização para divulgar marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e de serviços nos locais oficiais de competição, nas imediações e principais vias de acesso.

O limite dessas áreas será definido caso a caso. E, de acordo com o projeto, a delimitação dessas áreas não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento.

### **Feriados em dias de jogos**

A Lei Geral reserva a possibilidade de a União declarar feriados nacionais nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo. Estados e municípios também poderão declarar feriados nos dias de partidas em suas cidades-sede.



# “Aduana deve continuar na RFB”

**Ernani Argolo Checcucci Filho**  
Subsecretário de Aduana e Relações  
Internacionais da Receita Federal do Brasil (RFB)



---

**“**No momento em que o País se encontra, não temos que perder tempo rediscutindo modelos institucionais. Temos é que fazer os investimentos necessários para garantir que a Aduana brasileira e a Receita Federal do Brasil possam cumprir com essa missão institucional e atender a todas as expectativas”

A afirmação é do subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil (RFB), Ernani Argolo Checucci Filho, que declarou ser contra qualquer medida no sentido de retirar a Aduana da RFB.

“A sinalização ou um processo de desmembramento, na nossa avaliação, não trará benefícios à sociedade brasileira; pelo contrário: seria um risco muito grande”, disse Ernani Filho.

Recentes informações veiculadas pela imprensa revelam o possível interesse do governo federal em retirar da RFB a responsabilidade pela administração da Aduana.

“Estamos pensando se há necessidade de uma mudança mais estrutural, não é só acrescentar gente. Mas estamos ainda conversando. Até o final do ano teremos algo”, revelou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, em entrevista ao jornal Brasil Econômico.

Para o presidente da ANFIP, Álvaro Sólón de França, a junção dos dois setores - Aduana e RFB - otimiza e simplifica o trabalho, já que os procedimentos de controle aduaneiro estão intimamente ligados à tributação de bens, seja a produção ou o consumo das mercadorias.

“Não vai ser uma mera mudança de endereço que vai garantir o nível desejado, e sim investimentos consistentes e constantes em pessoal, estrutura e informatização”, ressaltou Álvaro Sólón.

A ANFIP defende claramente o fortalecimento da Aduana dentro da RFB e tem ampliado e reforçado o debate em defesa da manutenção da Aduana brasileira nessa estrutura.

Atualmente, a RFB administra 165 instalações portuárias, 43 terminais de cargas, 66 portos secos, 35 terminais de passageiros, 34 pontos de fronteira e 44 instalações portuárias fluviais (mares) e lacustres (rios).

Segundo o subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da RFB, Ernani Filho, as funções das adunas brasileiras vão além da arrecadação. O órgão atua na regulação econômica e tarifária, proteção à indústria nacional e à sociedade, segurança pública e relações internacionais.

Em entrevista exclusiva à revista Seguridade Social e Tributação, o subsecretário explica a estrutura da Aduana brasileira e resalta a importância de investimentos no órgão.

Leia a seguir a entrevista completa:

### **Qual o papel da Aduana no Brasil?**

A primeira questão é que o papel da Aduana nas sociedades tem evoluído com o passar dos anos. As administrações aduaneiras sempre tiveram uma participação muito forte na questão da regulação econômica. Inicialmente, o seu viés sempre foi muito na linha de arrecadação tributária, mas, na medida em que as economias se desenvolvem, esse papel de arrecadação tributária tende a diminuir de importância. Nos países mais desenvolvidos, quando se desenvolvem outras fontes de tributação, a tributação do comércio exterior deixa de ser um papel primordial ao financiamento do Estado e passa a ser, realmente, um papel de regulação econômica.

Se eu pudesse definir o papel da Aduana de uma forma bem sintética, eu diria que a Aduana é o órgão do Estado especializado no controle do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos. É essa a nossa atividade, isso é a essência da administração aduaneira, independentemente do seu modelo administrativo. Agora, esse órgão especializado pode estar organizado em diversas formas no mundo e, no caso brasileiro, nós estamos fusionados dentro da Receita Federal do Brasil como administração tributária aduaneira.

A Aduana brasileira tem muito boa aceitação. A questão, na verdade, é que não é um modelo de administração. A mensagem que nós passamos, basicamente, é de que há necessidade de investimento, tanto nos recursos humanos quanto no financeiro.

---

### ***Houve, recentemente, noticiário a respeito da possível saída da Aduana da RFB. O que o senhor diz sobre essa questão?***

A Receita Federal do Brasil não tomou conhecimento formalmente de nenhum projeto com iniciativa do governo que caminhe nessa direção. Nós tomamos conhecimento desse assunto por intermédio da imprensa. Causou-nos um pouco de surpresa, porque o assunto não foi trazido à administração. Nós queremos o nosso modelo de administração, que oferece muitas vantagens, economicidade de recursos, resultados bastante significativos.

Nós avaliamos que essa proposta não tem sustentação técnica muito forte. As vantagens do modelo em conjunto são inegáveis, porque há a questão do acesso às informações, da utilização das informações para subsidiar o controle aduaneiro. Então, estar fusionado permite que a RFB e a Aduana dentro da RFB possam compartilhar informações e resultados. Sendo assim, todas as áreas meio da administração – recursos humanos, atendimento ao contribuinte, tecnologia, apoio legislativo, litígio –, todas essas áreas funcionais da RFB estão plenamente estruturadas, funcionais e elas oferecem um apoio institucional muito forte à Aduana.

### ***Como é a organização das aduanas nos outros países?***

Hoje as administrações aduaneiras não têm um padrão internacional de organização, elas têm modelos diferentes de organização. Mas, dos países que nós tivemos a oportunidade de observar, a organização mundial das aduanas tem 178 membros; em pelo menos 149 países as administrações aduaneiras estão vinculadas a ministérios de fazenda, exatamente porque essa primazia do papel econômico, de regulação econômica, tem uma importância muito grande para as sociedades, para o desenvolvimento sustentável dos países. Então, esse papel acaba dominando as agendas e está vinculado a ministérios da fazenda ou finanças.

Há alguns países que estão vinculados a ministérios da Justiça, porque a questão da

segurança nacional tem uma importância muito grande para essas sociedades, que é o caso dos Estados Unidos e do Canadá. Em outros países, que são poucos, as Aduanas são ministérios. É o caso da China e da Nova Zelândia. A grande maioria está dentro do Ministério da Fazenda e em pelo menos 56 países estão fusionadas a aduanas de tributos internos.

No caso do Brasil, nós ainda temos uma vantagem porque fomos um dos primeiros países a fazer essa fusão. O Brasil em 1968, com a criação da RFB, e todo nosso processo de desenvolvimento institucional desde então, tem se pautado nesse modelo organizacional.

### ***Por que apesar disso tudo haveria interesse de retirar a Aduana da estrutura da RFB?***

Eu não posso falar em nome das pessoas que levantaram essa questão, não tivemos interlocução sobre esse assunto. Eu estou colocando que, na nossa avaliação, não faz muito sentido o avanço nessa direção. Mas reconhecemos que a Aduana e a RFB precisam de investimentos; isso é inegável. O Brasil vem passando por um processo de crescimento no comércio exterior muito acentuado. Nós crescemos somente de 2011 em relação a 2010 na ordem de 25% em valor do comércio exterior; nos últimos dez anos nós quadruplicamos o nosso volume de comércio exterior. Se nós analisarmos os investimentos dentro da RFB hoje, os recursos que foram alocados para fazer frente a esse crescimento não acompanharam esse volume de trabalho. Então, de fato, há uma demanda de necessidade de investimentos tanto na parte de investimentos financeiros, tanto na aquisição de equipamentos, tecnologia, desenvolvimento de softwares, quanto de recursos humanos.

### ***Qual o resultado das recentes campanhas realizadas?***

No relatório “Visão de Futuro para a Aduana Brasileira” eu apresento os resultados relativos a 2011, mas nós temos batido todos os recordes de apreensão de mercadorias. Houve crescimento no

---

resultado de apreensões, lançamento de créditos, redução do tempo dos despachos, que é uma demanda legítima do setor privado para que haja uma redução dos custos transacionais nas operações do comércio exterior. Ou seja, nós temos que garantir que quem compete no comércio exterior opere em condições de competitividade com a economia internacional.

Mas, acima de tudo, os números mostram que o volume do trabalho da Aduana está crescente nos últimos anos e existe uma série de projetos de governo para que se alavanque ainda mais esse crescimento. Vamos citar alguns exemplos: o Superporto Açu, do estado Fluminense, que vai alavancar a capacidade de movimentação de containers no Sudeste; a duplicação do Porto de Santos, na movimentação de containers, que está prevista para o próximo ano. Temos projetos de integração, por exemplo, Atlântico-Pacífico, passando pela Colômbia, Peru e Equador. Temos projetos de construir uma segunda ponte com a Argentina. Alguns aeroportos vão ser privatizados, vão aumentar sua capacidade operacional. Todas essas demandas vão levar a maiores requisitos de recursos da Administração Pública que lida com a Receita Federal do Brasil.

***Houve algumas mudanças no procedimento de atendimento da Aduana. As regras sofrerão algumas mudanças? Ainda há alterações a serem feitas?***

A Aduana está presente em diferentes processos de trabalho. Nós temos, por exemplo, um processo de trabalho que lida com o cidadão comum, que é o processo de trabalho de controle de passageiros, que ingressam e saem do País em viagens internacionais. Esse é um contato quase que direto, de atendimento mesmo. Então, nós temos todo um trabalho de aperfeiçoamento dos nossos controles de passageiros, principalmente pensando nos grandes eventos; acabamos de concluir os trabalhos da Rio+20, teremos no próximo ano o Encontro Mundial da Juventude, do Vaticano, no Rio de Janeiro; a Copa das Confederações em 2013; a Copa do Mundo em 2014; as Olimpíadas em 2016; e

a RFB já vem se preparando para a realização desses eventos e esse é um tipo de processo de trabalho que é muito visível do ponto de vista da sociedade, porque existe uma apresentação direta com o cidadão comum.

Nos controles dos fluxos comerciais nós temos contatos regulares com os setores privados e associações representativas dos setores privados, a sociedade privada organizada de forma geral. Mas, do ponto de vista operacional, a nossa relação se dá por intermédio dos despachantes aduaneiros. Com os despachantes aduaneiros nós temos projetos de fortalecimento da atividade de despachante. No mês de junho deste ano inauguramos o Cadastro Nacional do Despachante Aduaneiro, mudamos as regras de habilitação para que potenciais despachantes aduaneiros possam exercer suas atividades. Estamos aperfeiçoando todo o processo de diálogo e capacitação do despachante.

O que mudou de atendimento e tem mudado é no sentido de buscar o processo de diálogo, transparência, comunicação que possa estabelecer agendas estratégicas de desenvolvimento da instituição e que atenda as expectativas de todas as partes envolvidas nesse processo.

***Na sua avaliação, é importante manter a Aduana na estrutura da RFB?***

Importantíssimo manter a Aduana na Receita Federal do Brasil. Nós apresentamos isso de uma forma muito clara. Tecnicamente não existe argumentação para ser um modelo diferenciado. A Aduana na RFB apresenta uma série de vantagens para o Estado, é economia de recursos, aumento da eficiência tanto para a Aduana como para a própria Administração Tributária, garantia de que nós temos a capacidade de oferecer serviços a um país continental como o Brasil, que é um país de dimensões muito grandes. Hoje a RFB é uma instituição que está presente em vários estados, em várias localidades. A sinalização ou um processo de desmembramento, na nossa avaliação, não trará benefícios à sociedade brasileira; pelo contrário: seria um risco muito grande, porque esses processos

de revisão e de reorganização administrativa exigem um tempo de maturação de, no mínimo, três, quatro, cinco anos. E no momento em que o País se encontra nós não temos que perder tempo rediscutindo modelos institucionais; temos é que

fazer os investimentos necessários para garantir que a Aduana brasileira e a Receita Federal do Brasil possam cumprir com essa missão institucional e atender a todas as expectativas. Então, não vejo que haja outra forma de acontecer esse avanço.

## ORGANIZAÇÃO DAS ADUANAS PELO MUNDO

De acordo com a Organização Mundial das Aduanas (OMA), em pelo menos 149 países as Aduanas estão vinculadas aos Ministérios de Fazenda.

Além disto, as aduanas estão fusionadas com agências de tributação e de arrecadação em pelo menos 56 países, incluindo o Brasil, África do Sul, Argentina, Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Espanha, Guatemala, Holanda, Índia, Irlanda, México, Paquistão, Peru, Portugal, Reino Unido e Venezuela.

Segundo a OMA, as aduanas são as principais instituições responsáveis pelos chamados controles de fronteiras e as administrações como da África do Sul, França, Espanha, Alemanha e países nórdicos (além dos EUA, Canadá e China) possuem unidades especializadas com recursos humanos, financeiros e tecnológicos para realizar o combate ao contrabando e ao descaminho.

Saiba como estão organizadas as Aduanas em alguns países:

### VINCULADAS AOS MINISTÉRIOS DA FAZENDA

Alemanha; Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Equador; Espanha; França; Guiana; Holanda; Índia; Itália; Japão; Paraguai; Peru; Reino Unido; Suriname; Uruguai; Venezuela

### VINCULADAS AOS MINISTÉRIOS DE JUSTIÇA, INTERIOR OU SEGURANÇA NACIONAL

Austrália; Bahrain; Canadá; Estados Unidos; Oman  
São agências vinculadas a Comitês de Estado  
Cuba  
Antigo bloco soviético (Azerbaijão, Bielorrússia,

Federação Russa, Quirguistão, Mongólia, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão)

### VINCULADAS AOS MINISTÉRIOS DE RELAÇÕES EXTERIORES

Montenegro; Tajiquistão

### SÃO MINISTÉRIOS

China; Hong Kong

### FAZ PARTE DO MINISTÉRIO DE ADUANAS E DO COMÉRCIO

Turquia

### AGÊNCIA INDEPENDENTE QUE REPORTA A UM MINISTRO DE ADUANA INDICADO PELO PODER LEGISLATIVO

Nova Zelândia



FONTE: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ADUANAS - PESQUISA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2011.

As tabelas desta página e das duas próximas páginas foram extraídas da publicação “Visão de Futuro para a Aduana Brasileira”, editada pela Receita Federal do Brasil

Quantitativo de Unidades Locais com Competência Aduaneira						
Região Fiscal	Unidades da Federação	Alfândegas	Inspetorias Autônomas	Delegacias	Inspetorias Vinculadas	Total
1ª	DF, GO, MS, MT, TO	1	3	6	3	13
2ª	AC, AM, AP, PA, RO, RR	4	0	8	15	27
3ª	CE, MA, PI	4	0	1	0	5
4ª	AL, PB, PE, RN	2	1	5	5	13
5ª	BA, SE	2	0	3	3	8
6ª	MG	0	1	7	0	8
7ª	ES, RJ	4	1	4	0	9
8ª	SP	4	1	12	1	18
9ª	PR, SC	3	2	9	7	21
10ª	RS	2	3	8	9	22
<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>12</b>	<b>63</b>	<b>43</b>	<b>144</b>

ATIVIDADE	Qtd Atual			Qtd Ideal			Déficit		
	AFRFB	ATRFB	ADM	AFRFB	ATRFB	ADM	AFRFB	ATRFB	ADM
Despacho	749	296	62	1.441	702	400	-692	-406	-338
Bagagem	159	244	15	302	622	185	-143	-378	-170
Vigilância e repressão	321	268	92	682	1021	492	-361	-753	-400
Processos (Julg.)	300	93	28	482	237	142	-182	-144	-114
Outros	859	634	348	1635	1419	1065	-776	-785	-717
<b>Total</b>	<b>2388</b>	<b>1535</b>	<b>545</b>	<b>4542</b>	<b>4001</b>	<b>2284</b>	<b>-2154</b>	<b>-2466</b>	<b>-1739</b>

Tabela 3 - Déficit Aduaneiro – Fonte: Unidades da RFB

Número de Servidores Aduaneiros / População			
Pais	População (em milhões)	Nº Servidores Aduaneiros / milhão de Pessoas	Rank
Reino Unido	63	1.047	1
Rússia	142	448	2
Alemanha	82	413	3
Canadá	35	372	4
Arábia Saudita	29	353	5
África do Sul	51	298	6
França	63	275	7
Austrália	23	247	8
Estados Unidos	314	185	9
Itália	61	158	10
Turquia	75	141	11
Argentina	41	125	12
Coreia do Sul	48	95	13
Japão	127	70	14
México	115	67	15
Índia	1.223	57	16
Indonésia	244	43	17
China	1.355	39	18
<b>Brasil</b>	<b>197</b>	<b>22</b>	<b>19</b>

Fonte da População: IMF World Economic Outlook (estimativa para 2012)

O tamanho da população apresenta relação com a necessidade de tamanho da administração pública para que possa oferecer os serviços demandados pela sociedade, o que também se reflete na área aduaneira.

Nº de Servidores Aduaneiros / Bilhão de Dólares do PIB			
Pais	Produto Interno Bruto (Bilhões de Dólar Internacional)	Nº Servidores Aduaneiros / Bilhão de Dólares do PIB	Rank
Reino Unido	2.309	29	1
África do Sul	577	26	2
Rússia	2.511	25	3
Índia	4.825	15	4
Arábia Saudita	733	14	5
Alemanha	3.158	11	6
Turquia	1.112	10	7
Canadá	1.443	9	8
Indonésia	1.209	9	9
França	2.257	8	10
Argentina	756	7	11
Austrália	954	6	12
Itália	1.835	5	13
México	1.743	4	14
China	12.387	4	15
Estados Unidos	15.610	4	16
Coreia do Sul	1.630	3	17
Japão	4.589	2	18
<b>Brasil</b>	<b>2.394</b>	<b>2</b>	<b>19</b>

Fonte PIB: IMF World Economic Outlook (estimativa para 2012)

O tamanho da economia (produto interno bruto) mantém relação com o potencial de integração internacional (tanto sob o ponto de vista comercial como de outros negócios – viagens, turismo, investimentos, etc.) com impacto nas atividades aduaneiras.

Nº de Servidores Aduaneiros / Bilhão de Dólares da Corrente de Comércio			
Pais	Corrente de Comércio (Bilhões de Dólares US\$)	Nº Servidores Aduaneiros / Bilhão de US\$ da Corrente de Comércio	Rank
Índia	570	123	1
Rússia	649	98	3
África do Sul	175	87	2
Reino Unido	967	68	4
Argentina	125	41	5
Indonésia	293	36	7
Turquia	299	35	6
Arábia Saudita	358	28	8
Estados Unidos	3.247	18	9
China	2.973	18	10
Canadá	790	16	11
França	1.133	15	12
Alemanha	2.314	15	13
Austrália	414	14	15
México	609	13	14
<b>Brasil</b>	<b>393</b>	<b>11</b>	<b>16</b>
Itália	934	10	17
Japão	1.464	6	18
Coreia do Sul	892	5	19

Fonte da Corrente de Comércio: World Trade Organization (Statistics Database)

A corrente de comércio internacional é o principal indicador da demanda dos serviços aduaneiros de qualquer economia. Muito embora o ranking aponte o 16º colocado, o comércio internacional brasileiro ainda é considerado pequeno frente ao tamanho de sua economia (a 6ª maior do mundo). Entretanto ele está crescendo em um ritmo superior à média mundial (de 2010 para 2011 cresceu aproximadamente 25%). Caso se confirme essa tendência, como é a expectativa do Governo, será necessário reforçar os quadros de servidores da aduana ou o País cairá ainda mais no ranking.

O tamanho do território nacional guarda relação com o número de unidades administrativas necessárias para oferecer os serviços demandados, com reflexos no número de servidores.

N° de Servidores Aduaneiros / Mil Km2 do Território Nacional			
Pais	Área Territorial (Mil Km2)	N° Servidores Aduaneiros / Mil Km2 do Território	Rank
Reino Unido	244	271	1
Alemanha	357	94	2
Coreia do Sul	100	46	3
Itália	301	32	4
França	644	27	5
Japão	378	24	6
Índia	3.287	21	7
Turquia	784	14	8
África do Sul	1.219	13	9
Estados Unidos	9.827	6	10
Indonésia	1.905	6	11
China	9.597	5	12
Arábia Saudita	2.150	5	13
México	1.964	4	14
Rússia	17.098	4	15
Argentina	2.780	2	16
Canadá	9.985	1	17
Austrália	7.741	1	18
<b>Brasil</b>	<b>8.515</b>	<b>1</b>	<b>19</b>

Fonte da Área: World CIA Factbook

O tamanho da linha de fronteira (terrestre, fluvial e lacustre, mais a orla marítima) tem relação com as necessidades de vigilância e repressão aduaneiras e combate ao contrabando e descaminho.

N° de Servidores Aduaneiros / Mil Km de Fronteira			
Pais	Linha de Fronteira* (Mil Km)	N° Servidores Aduaneiros / Mil Km de Fronteira	Rank
Alemanha	6	5.454	1
Reino Unido	13	5.161	2
Índia	21	3.317	3
França	8	2.252	4
África do Sul	8	1.993	5
Estados Unidos	32	1.815	6
Coreia do Sul	3	1.725	7
Arábia Saudita	7	1.436	8
China	37	1.426	9
Rússia	58	1.097	10
Turquia	10	1.075	11
Itália	9	1.012	12
México	14	566	13
Argentina	15	347	14
Japão	30	302	15
Austrália	26	220	16
<b>Brasil</b>	<b>23</b>	<b>189</b>	<b>17</b>
Indonésia	58	182	18
Canadá	211	62	19

\* Soma das fronteiras terrestre, lacustre e fluvial, e da costa marítima  
Fonte da Linha de Fronteira: World CIA Factbook

# Câncer de laringe

Novamente o fumo e a bebida são os vilões



---

O câncer de laringe é um dos que mais frequentemente atingem a região da cabeça e do pescoço. Representa cerca de 25% dos tumores malignos que atingem esse órgão e de 2% de todas as doenças malignas. Cerca de dois terços desses tumores surgem na corda vocal verdadeira e um terço acomete a laringe supraglótica, localizada acima das cordas vocais.

Os principais sintomas são a rouquidão e uma pequena dor na garganta, que pode atingir também o ouvido. A dor se assemelha à sensação de uma espinha de peixe “espetada” na garganta ou de um “caroço”, segundo relatam alguns pacientes.

O câncer de laringe está associado à ingestão excessiva de álcool e ao tabagismo, sendo este último o maior fator de risco. Quando os dois fatores se somam (vícios do álcool e do cigarro), o risco de contrair o câncer supraglótico aumenta. Pacientes com câncer de laringe que continuam a fumar e a beber têm probabilidade de cura diminuída e correm maior risco de aparecimento de um segundo tumor primário na área de cabeça e pescoço.

A dor de garganta que resulta em deglutição dolorosa (odinofagia) sugere a possibilidade de tumor supraglótico, enquanto a rouquidão indica tumor glótico e subglótico. O câncer supraglótico geralmente é acompanhado de outros sinais e sintomas, como a alteração na qualidade da voz, disfagia leve (dificuldade de engolir) e sensação de um “caroço” na garganta. Nas lesões avançadas das cordas vocais, além da rouquidão, podem ocorrer dores na garganta, além de disfagia e de dispnéia, caracterizada pela dificuldade de respirar.

Como em todos os casos de câncer, quanto mais precoce for o diagnóstico, maior é a possibilidade de o tratamento evitar deformidades físicas e problemas psicossociais. Por isso, é importante a consulta ao médico e a realização de exames tão logo os sintomas sejam detectados.

O tratamento varia conforme o estágio da doença, que pode ser tratada com cirurgia e/ou radioterapia e com quimioterapia associada à radioterapia. Os procedimentos cirúrgicos variam de acordo com as características do caso e do paciente.

Quando o objetivo principal é preservar a voz da pessoa afetada, procede-se primeiro à radioterapia,

recorrendo-se à cirurgia somente quando a radioterapia não for suficiente para controlar o tumor.

A associação da quimio com a radioterapia é utilizada em protocolos de preservação de órgãos no caso de tumores mais avançados, obtendo-se significativo sucesso na preservação da laringe. Paralelamente a isso, novas técnicas cirúrgicas foram desenvolvidas, possibilitando a preservação da função da laringe, mesmo em tumores moderadamente avançados. A estimativa é de que a cura ocorra em 80 por cento dos casos.

Após a manifestação dos sintomas, deve ser consultado imediatamente um otorrinolaringologista, que solicitará um exame chamado de laringoscopia. Feito o diagnóstico, caso seja confirmado o tumor, tem início o tratamento pelos métodos já relatados, sempre visando primeiramente a preservar o órgão afetado, dependendo evidentemente do grau de evolução da doença.

Na fase inicial, em que o tumor se localiza em regiões menores da laringe, é possível retirá-lo fazendo a ressecção da lesão, por meio de uma endoscopia com laser. Caso essa ressecção não seja mais possível, recorre-se à radioterapia exclusiva.

Já no estágio intermediário, o tratamento pode ser feito com radioterapia associada à quimioterapia. Quando o estágio ainda é considerado intermediário mas a doença está um pouco mais avançada, faz-se necessário recorrer à quimioterapia exclusiva seguida de radioterapia associada à quimioterapia.

No estágio avançado, de maior gravidade, o mais indicado é a cirurgia de laringectomia total, que consiste na retirada da laringe. Nessa situação procede-se à traqueostomia, que consiste num pequeno buraco na região da garganta. Mas há sequelas: o paciente perde a capacidade de falar da forma natural e precisa “reaprender a falar” usando o ar do estômago.

Outras complicações decorrentes desse tipo de cirurgia incluem dificuldade de deglutição e de respiração. Por isso mesmo, alerta-se sempre quando à necessidade de buscar um diagnóstico preciso tão logo os primeiros sintomas sejam efetivamente detectados. E mais uma vez o alerta: álcool e tabaco, principalmente em doses exageradas, aumentam o risco do surgimento do câncer.

# O novo poder dos idosos



---

**N**este ano de 2012, a população com mais de 60 anos no Brasil terá uma renda de R\$ 402,3 bilhões, superando o PIB registrado pelo Peru em 2010. A renda dos homens atingirá a cifra de R\$ 229,77 bilhões e a das mulheres será de R\$ 172,53 bilhões.

Os dados fazem parte do estudo “Idosos no Brasil”, sobre a população com idade igual ou superior a 60 anos, produzido pelo instituto Data Popular a partir de projeção da PNAD/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O que aguça a atenção nesses estudos é que a chamada “população idosa” tem sido foco de reportagens em sites especializados e em vários outros meios de comunicação, exatamente em razão do crescimento dessa parcela da população, bem como da progressiva ampliação das demandas desse segmento, que ainda se sente “esquecido” em suas necessidades básicas, também em expansão.

O fato é que a imagem do “idoso” que permanecia em casa apenas assistindo televisão, ouvindo rádio ou jogando dominó com os amigos na praça está cada vez mais defasada. Viagens, exercícios físicos e até o uso de computadores fazem parte do universo dessa nova “classe” que expõe sempre renovadas exigências e necessidades, muitas vezes queixando-se de não lhe ser dada a devida atenção.

Na verdade, no chamado “mundo moderno”, classificar como “idoso” uma pessoa com 60 anos pressupõe certa dose de exagero. O estudo do instituto Data Popular abrange, é bom que se observe, pessoas “com idade igual ou superior a 60 anos”. Dos cerca de 22,3 milhões de pessoas que compõem essa parcela da população, as mulheres são maioria absoluta: 55,5% do total. Já para a população em geral, as chamadas “idosas” participam com um pouco menos: aproximadamente 51,8%.

A diferença em favor das mulheres aumenta

com o avanço da idade, o que evidencia uma maior sobrevivência delas em relação aos idosos do sexo masculino. Enquanto na faixa dos 60-69 anos elas constituem 53,4%, na faixa dos 90-99 anos elas representam nada menos do que dois terços do total de “idosos”.

E há muita coisa curiosa nesse levantamento. Algumas delas:

Sete em cada dez brasileiros com 60 anos ou mais pertencem à faixa intermediária da chamada Nova Classe Média (70,4%). Os de alta renda correspondem a 17,8% e os de baixa renda a 11,8%. Cerca de 3,3 milhões de idosos, já aposentados, ainda exercem algum tipo de trabalho. Nesse universo, 2,2 milhões são homens e 1,1 milhão são mulheres.

Dos 22,3 milhões de pessoas idosas, o Sudeste responde por 46,6%. No ranking por região, o Nordeste aparece logo em seguida, com 26,3% do total, bem à frente do Sul, com 15,3%. As regiões com menos idosos são o Centro-oeste (6,5%) e o Norte (5,3%).

Outro dado curioso é que, em função de sua longevidade, a parcela de mulheres que vivem sozinhas é bem maior: cerca de dois terços da população com 60 anos ou mais. Em números: dos 2,7 milhões de idosos que vivem sozinhos, 938 mil são homens e 1,8 milhão são mulheres.

## BREVE HISTÓRICO DO “NOVO PODER”

Os meios de comunicação têm se debruçado sobre essa questão do “poder dos idosos” nos últimos quatro anos, devido não apenas ao aumento da população nessa faixa etária como também à valorização do salário mínimo, que, embora ainda muito baixo, constitui a renda da expressiva maioria dos aposentados do Regime Geral de Previdência Social, que acabam contribuindo na composição da renda de famílias da classe baixa. É verdade que ainda se mostra preocupante o expressivo (e progressivo) achatamento do valor das

---

aposentadorias dos que ganham acima do mínimo, que vem sendo corrigidas por índices bem inferiores àqueles aplicados nas aposentadorias de apenas um salário mínimo. Isso provoca a “aproximação” entre o teto (cada vez mais comprimido) e o piso das aposentadorias. O que seria uma “vantagem” para os que ganham o mínimo passa na verdade a se constituir numa aflição para quem está nas faixas superiores, vendo o seu poder de compra cada vez mais defasado.

Como a maior parte dos aposentados ganha apenas o mínimo, a soma desses valores (que efetivamente vêm tendo aumento real) se reflete nas estatísticas. Há ainda os que, fora do Regime Geral, têm aposentadoria bem maior do que o mínimo, o que se reflete na expansão da demanda por bens e serviços e, conseqüentemente, nas estatísticas sobre o mercado de consumo brasileiro.

O jornal O Globo, já em 2009, referia-se a esse novo perfil consumista, ao constatar: “De olho num público responsável por quase 15% do mercado de consumo no país, as empresas brasileiras estão se especializando em serviços para idosos. As ofertas são as mais variadas, de pacotes de viagem com desconto em folha do INSS, passando por serviços de intercâmbio e exercícios, a aparelhos acionados de casa para receber atendimento médico em caso de emergência. Tudo para atrair uma população de 19 milhões de brasileiros, que deve chegar a 30 milhões em 2020.”

Na internet também são frequentes os registros do novo fenômeno representado pelo “poder dos idosos”. O blog “História Viva” publicou, em 25 de julho de 2010, reportagem destacando exatamente a presença de idosos na composição dos lares brasileiros: “As pessoas com 60 anos ou mais são 9,6% da população, mas há pelo menos um idoso em 25% dos lares brasileiros. Nessas famílias, em geral constituídas também por filhos e até netos, os idosos contribuem, em média,

com 54% do orçamento familiar”. São números revelados, segundo o blog, pela demógrafa Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que discutiu os gastos públicos com pessoas da terceira idade.

Nesse aspecto, um ângulo importante da questão, apontado pelo blog: “Os idosos têm sido vistos como grandes beneficiados por gastos públicos. Mas o debate não leva em consideração a transferência da renda do idoso para filhos e netos, que tem um efeito multiplicador importante nesses 25% de famílias que vivem com pelo menos um idoso. Nessas famílias, mais do que contribuindo com o orçamento familiar, a renda do idoso leva a que menos crianças trabalhem e frequentem mais a escola”, disse Ana Amélia. Ela lembrou que a aposentadoria rural e o piso de um salário mínimo para aposentadorias e pensões, instituídos na Constituição de 1988, foram decisivos para a melhora da renda dos idosos.

Outra questão relevante é mencionada no site Exame.com, relativa à maior atenção dada pelas prefeituras a essa faixa da população. Em reportagem de 16 de maio de 2010, sob o título “População idosa cresce, gera renda e recebe mais atenção das prefeituras”, o Exame.com revela: “Entre as ações de defesa dos direitos humanos, políticas e programas de atendimento a pessoas idosas são as mais comuns nos municípios brasileiros: 60% das 5.565 cidades do país têm alguma ação voltada para esse segmento da população, informa a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) divulgada no Rio de Janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

E prossegue: “O percentual é superior ao das políticas e programas voltados para outros grupos referenciais. O atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes, por exemplo, só é ofertado em 27,8% dos municípios; combate ao subregistro civil em

---

24,8%; erradicação do trabalho forçado em 16,1%; plano de direitos humanos em 11,9%; políticas para egressos do sistema prisional em 5,1%; e programas voltados a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais em apenas 2,3% das cidades.”

A reportagem mostra o “xis” da questão, ao revelar, com base em depoimentos de estudiosos, que os idosos que mantêm a saúde em mínimas condições na verdade acabam trazendo benefícios para o município, uma vez que, além de economizarem com atendimento hospitalar, também participam da economia municipal, trabalhando para o próprio município. O fato de a faixa populacional com mais idade estar aumentando no Brasil e o fato de as pessoas que compõem essa faixa acabarem por participar da geração de renda do próprio município implicam a adoção de políticas voltadas para o idoso, explicam os pesquisadores.

A contrapartida pelo Estado, como sempre, não vem na mesma proporção, segundo o site “Formadores de Opinião”, ao denunciar, também desde 2010, as falhas do sistema público de saúde. Já no título a matéria dá o tom da crítica, ao expor análise anterior à posse da presidente Dilma Roussef: “População idosa chega a gastar um terço da renda apenas com saúde e não se sente bem assistida pelo sistema”.

Diz a matéria: “O Brasil tem hoje mais de 21 milhões de idosos, um grupo que já representa mais de 10% da população brasileira. O país que antes era considerado jovem está cada vez mais amadurecido. Devido ao aumento da qualidade de vida e da redução das taxas de natalidade, a pirâmide etária brasileira se transformou mais rápido do que em nações desenvolvidas. Significa menos tempo para o governo se adaptar ao povo mais velho e suprir as necessidades dessa população exigente e mais vulnerável. Melhorias no sistema de saúde e previdência social são as demandas mais urgentes”.

Vale a pena ler o que diz o site sobre a questão:

Próximo ocupante do Planalto terá que resolver os problemas enfrentados pela população acima de 60 anos, como a falta de sistema de saúde eficiente, a ausência de espaços de lazer e uma previdência social mais efetiva

Na última década, políticas voltadas para a terceira idade começaram a ser discutidas. Em 2003, resultado de diversos debates e estudos, surgiu o Estatuto do Idoso. De acordo com o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), José Luiz Telles, a criação do estatuto mostrou-se eficaz, mas funciona apenas como um documento de referência que deve ser usado para direcionar políticas públicas que ainda precisam ser implementadas. “É também um instrumento para construção de uma identidade cidadã participativa e para o esclarecimento da população idosa”, completa.

O chefe do Centro de Medicina do Idoso do Hospital Universitário de Brasília (HUB), Renato Maia, afirma que uma série de questões devem ser enfrentadas pelos próximos governantes em diversas áreas, mas principalmente na saúde e na previdência. “Os idosos fazem parte de um grupo vulnerável, precisam de mais atenção e apoio”, diz.

“O próximo presidente vai ter que apresentar melhorias quanto à aposentadoria. Enfrentar uma revisão da política previdenciária, que tem que ser viável, mas sem reduzir o valor recebido pelos aposentados”, explica. Maia acredita que a aposentadoria funciona como um redutor da pobreza. E completa: “O ministro da Previdência não pode ser um cargo político apenas, mas principalmente técnico. Se essa política não tiver um olhar para o futuro, pode causar grande insatisfação”. Telles, por sua vez, vai além. Defende que o desenvolvimento sustentável do país deve ser mantido, para que a renda do aposentado fique para ele e não para o sustento de seus familiares. “Com emprego e assistência social, isso pode ser possível”, sugere.

# Economia ainda patina. Expectativas positivas estão transferidas para o segundo semestre

**E**ste estudo apresenta dados sobre o desempenho fiscal do governo federal no primeiro semestre.

A arrecadação e a realização das despesas são analisadas frente a observações, ainda que iniciais, sobre o comportamento da economia nesse período.

No primeiro semestre de 2012, o governo federal produziu um superávit de R\$ 48,1 bilhões. Proporcionalmente ao PIB (2,24%), o resultado não foi tão alto quanto o do mesmo período de 2011 (2,79%), mas, se considerarmos o ambiente econômico, representou um grande esforço fiscal.

Ao contrário do que ocorreu em anos anteriores, a arrecadação não vem se multiplicando, algo mais típico dos momentos de maior expansão econômica, quando a renda, a lucratividade e maiores níveis de produção e circulação de bens e serviços favorecem o aumento real da arrecadação.

No semestre, a receita, resultado do bom momento do mercado de trabalho e do consumo, se mantém com diminutos crescimentos em relação ao PIB e, descontada a inflação, nos mesmos níveis de 2011.

Os dados oficiais da economia do primeiro semestre ainda não foram divulgados, mas certamente experimentamos quatro trimestres

seguidos de baixa expansão. Os percalços da crise internacional, que está para completar cinco anos, não se interiorizam no Brasil sob as mesmas formas com que atingem as economias mais avançadas. Ao contrário do que ocorre na maioria dos países, o Brasil continua gerando empregos, diminuindo o desemprego e favorecendo a renda, ainda que a produção industrial se mantenha em queda ou em níveis muito baixos de expansão, conforme o segmento, e nas áreas de comércio e serviços a economia já não cresça como em 2010 ou 2011.

Entretanto, em um cenário adverso para a produção de superávits primários, o governo mantém a sua determinação e contém despesas. O embate com os servidores, a recusa em ampliar a aplicação de recursos na saúde ou na educação, a contenção dos investimentos, são apenas exemplos dessa política.

Em defesa dessa determinação, resta a esperança de que o país consiga reduzir as taxas de juros da política monetária a níveis praticados internacionalmente.

Nesse cenário, as expectativas para a retomada da economia foram novamente adiadas. Do primeiro para o segundo trimestre e, agora, para os meses finais do ano, quando se espera que o país esteja crescendo a taxas anualizadas de 4%.

Desde já, é mais do que oportuno incluir, no debate sobre as novas perspectivas, as vultuosas metas de superávit ainda praticadas pelo setor público. Com a diminuição dos juros, cai a pressão

sobre os encargos da dívida pública. Com menores superávits, os governos podem melhor atender a demanda pela infraestrutura. Esse é apenas o primeiro passo para que o governo consiga mobilizar amplos segmentos empresariais para investir.

## RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO FEDERAL

No primeiro semestre, a arrecadação do governo federal totalizou R\$ 527,9 bilhões. As restituições e incentivos somaram R\$ 6,1 bilhões. As receitas transferidas a estados e a municípios foram de R\$ 94,2 bilhões e outros R\$ 379,5 bilhões foram utilizados para cobrir pagamentos das mais diversas programações orçamentárias. O saldo do período foi de R\$ 48,1 bilhões. O valor foi inferior aos R\$ 56,0 bilhões realizados em 2011, mas praticamente o dobro do ocorrido em 2010, R\$ 24,9 bilhões. Esses números estão apresentados de forma detalhada na Tabela 1 e sintetizada, pelos principais elementos da receita, na Tabela 2.

Em relação ao PIB, o resultado primário do governo federal no semestre foi de 2,24%. Nos dois exercícios anteriores, esses valores foram de 2,79% e 1,40%, respectivamente.

Em relação aos limites da LDO para 2012, o governo central deve alcançar uma meta de superávit de 2,15% do PIB, podendo descontar até R\$ 25,6 bilhões em investimentos para o PAC. Todavia, o governo tem optado por não considerar essa possibilidade de desconto, praticando a meta integral de superávit.

No 1º semestre, a receita líquida (deduzidas restituições, incentivos e transferências) do governo federal totalizou R\$ 427,6 bilhões, 19,9% do PIB. Superou em R\$ 34,1 bilhões o realizado em igual período de 2011. Em relação ao PIB, houve um acréscimo de 0,34 pontos percentuais.

Sem considerar as receitas previdenciárias, a arrecadação federal líquida de restituições e incentivos foi de R\$ 395,9 bilhões. Esse valor

**Tabela 1: Receitas e despesas primárias, resultado primário do governo central, no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes e em % do PIB**

	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Total de receitas do governo federal	403.376	484.344	527.859	22,63	24,15	24,59
1. Receitas brutas do Tesouro <sup>(1)</sup>	308.718	374.232	402.020	17,32	18,66	18,73
2. Restituições e incentivos fiscais (-)	-4.272	-4.332	-6.106	-0,24	-0,22	-0,28
3. Receita líquida do Tesouro (1+2)	304.446	369.900	395.913	17,08	18,44	18,44
4. Receitas Líquidas da Previdência Social <sup>(2)</sup>	94.658	110.112	125.840	5,31	5,49	5,86
5. Transferências a estados e municípios (-)	69.158	86.544	94.163	3,88	4,32	4,39
6. Receita líquida do governo federal (3+4-5)	329.946	393.468	427.590	18,51	19,62	19,92
7. Despesas do governo federal (8+9+10)	305.050	337.474	379.504	17,11	16,83	17,68
8. Pessoal e encargos <sup>(3)</sup>	78.191	87.038	89.525	4,39	4,34	4,17
9. Benefícios da Previdência Social	117.254	129.638	146.399	6,58	6,46	6,82
10. Custeio e capital <sup>(1)</sup>	109.605	120.798	143.580	6,15	6,02	6,69
12. Superávit primário (6-7)	24.897	55.994	48.086	1,40	2,79	2,24
Resultado do RGPS (4-9)	-22.596	-19.526	-20.559	-1,27	-0,97	-0,96

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip. Notas: (1) inclui receitas e despesas do BC; (2) exclui receitas de terceiros; (3) exclui receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e as despesas pagas com a parcela patronal da CPSS do servidor público federal; (4) Não inclui ajuste entre as metodologias abaixo e acima da linha, calculadas pelo BC.

superou o ocorrido em 2011 em R\$ 26,0 bilhões, mas apresentou estabilidade frente ao PIB, mantendo-se em 18,44%. Na comparação entre 2010 e 2011, no 1º semestre, a receita líquida (deduzidas restituições, incentivos e transferências) do governo federal totalizou R\$ 427,6 bilhões, 19,9% do PIB. Superou em R\$ 34,1 bilhões o realizado em igual período de 2011. Em relação ao PIB, houve um acréscimo de 0,34 pontos percentuais.

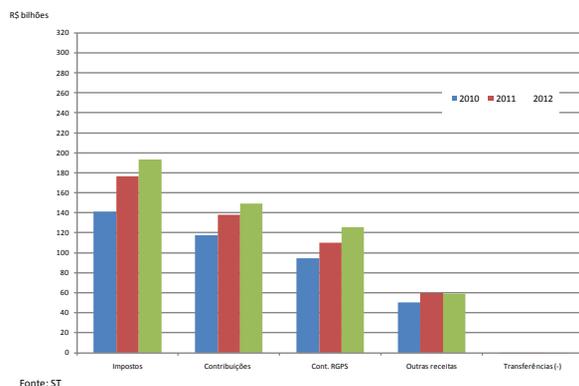
A expansão da arrecadação do governo federal diminuiu o seu ritmo de crescimento, acompanhando uma economia praticamente paralisada. A exceção ficou por conta da arrecadação previdenciária, que continua crescendo frente ao PIB.

**Tabela 2: Receitas primárias do governo federal, valores acumulados no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes.**

	2010	2011	2012
Rec. Líquida	334.175	397.753	433.583
Impostos	140.823	176.464	193.110
Contribuições	117.512	137.787	149.477
Cont. RGPS	94.658	110.112	125.840
Outras receitas	50.340	59.934	59.319
Transferências (-)	-69.158	-86.544	-94.163
Restituições e incentivos (-)	-4.272	-4.332	-6.106

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip.

**Gráfico 1: Receitas do governo federal, realizados no 1º semestre de cada ano, 2010 a 2012**



**Tabela 3: Principais itens de despesa primária do governo federal, valores acumulados no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes.**

	2010	2011	2012
Soma	305.050	337.474	379.504
Pessoal	78.191	87.038	89.525
Benefícios RGPS	117.254	129.638	146.399
Custeio e Capital	109.605	120.798	143.580

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip.

As receitas do Regime Geral de Previdência Social — RGPS somaram R\$ 125,8 bilhões, superando em R\$ 15,7 bilhões o realizado em 2011. Em relação ao PIB, esses valores continuam crescendo. O fraco desempenho da economia tem determinado ritmos inferiores para a expansão do emprego; todavia, em 2012, houve um aumento de 858 mil no número de postos formais de trabalhos no primeiro semestre. Embora inferior aos 1.317 mil empregos criados no mesmo período de 2011, ainda foi suficiente para assegurar um resultado positivo para a arrecadação da contribuição previdenciária.

No primeiro semestre, as despesas primárias do governo federal somaram R\$ 379,5 bilhões, contra R\$ 337,5 bilhões em 2011. Foram R\$ 25,0 bilhões a mais. Em relação ao PIB, houve aumento de 16,83% para 17,68%.

Conforme mostra a Tabela 3, entre as despesas do governo federal, a que apresentou a menor expansão foi a de pessoal. Em valores nominais, essas despesas totalizaram R\$ 89,5 bilhões. Em relação a 2011, houve um aumento de R\$ 2,4 bilhões. Essa diminuta expansão determinou que essas despesas caíssem em relação ao PIB, de 4,34% para 4,17%.

Repete-se, assim, a queda ocorrida entre 2011 e 2010 (de 4,39% para 4,34%). Num momento em que as receitas apresentam uma variação pequena, acompanhando a pequena expansão da economia, as despesas de pessoal têm sido uma importante variável do ajuste praticado nesses últimos dois exercícios.

As despesas previdenciárias aumentaram

de R\$ 129,6 bilhões para R\$ 146,4 bilhões, no comparativo com a primeira metade de 2012 e 2011. Uma diferença de R\$ 16,8 bilhões. Esse aumento é resultado direto do reajuste do salário mínimo. A elevação do piso determinou um valor médio real dos benefícios de R\$ 809, 4,2% acima dos valores do primeiro semestre do ano passado, segundo a Previdência Social.

Com esse resultado, a necessidade de financiamento da Previdência Social, no primeiro

semestre, foi de R\$ 20,6 bilhões, um valor pouco superior aos R\$ 19,5 bilhões encontrados no mesmo período de 2011. Em relação ao PIB, houve uma queda de 0,97% para 0,96%. Vale ressaltar que essas contas não levam em consideração as renúncias previdenciárias. Um detalhamento maior do resultado da Previdência Social está apresentado nas seções seguintes.

As demais despesas de custeio e de capital do governo federal somaram R\$ 143,6 bilhões

no primeiro semestre. Esse valor superou o verificado em igual período de 2011 em R\$ 22,8 bilhões. Uma parcela dessas despesas também foi impactada pelo aumento real do salário mínimo (em benefícios assistenciais e trabalhistas), mas outra parcela cresceu pela expansão dos investimentos públicos e dos gastos em saúde e em educação.

## AS RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL NO PRIMEIRO SEMESTRE

A arrecadação do governo federal, desconsideradas as receitas de origem financeira, no primeiro semestre de 2012, totalizou R\$ 527,9 bilhões. Esse valor superou em 9,0% os R\$ 484,3 bilhões realizados em igual período de 2011. Esse pequeno acréscimo está perfeitamente adequado à diminuta evolução da economia demonstrada na

**Tabela 4: Receitas primárias do governo federal, valores acumulados no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes.**

	R\$ milhões				
	2010	2011	2012	2011/10 (%)	2012/11 (%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>403.376</b>	<b>484.344</b>	<b>527.859</b>	<b>20,07</b>	<b>8,98</b>
Restituições e incentivos fiscais (-)	-4.272	-4.332	-6.106	1,41	40,96
<b>RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES</b>	<b>399.104</b>	<b>480.012</b>	<b>521.753</b>	<b>20,27</b>	<b>8,70</b>
Receitas do Governo Federal	308.675	374.185	401.906	21,22	7,41
1. Impostos	140.823	176.464	193.110	25,31	9,43
IR	101.236	127.354	139.059	25,80	9,19
IPI	17.920	22.185	23.577	23,80	6,27
IOF	12.162	14.842	15.941	22,04	7,41
Imposto de Importação	9.461	12.019	14.448	27,04	20,21
Outros	45	63	85	41,12	34,90
2. Contribuições	117.512	137.787	149.477	17,25	8,48
COFINS	65.748	76.194	82.457	15,89	8,22
CSLL	22.937	27.384	30.719	19,39	12,18
Pis/Pasep	17.289	20.374	22.274	17,84	9,33
CIDE-Combustíveis	3.631	4.491	2.509	23,68	-44,12
Salário Educação	5.612	6.621	7.608	17,99	14,89
Outras	2.295	2.724	3.910	18,70	43,56
3. Demais 1	50.340	59.934	59.319	19,06	-1,03
CPSS2	4.637	5.185	5.375	11,81	3,67
Cota parte de compensações financeiras	12.910	13.843	17.398	7,22	25,68
Diretamente arrecadadas	14.410	17.013	20.514	18,06	20,58
Concessões	449	1.711	804	280,80	-52,99
Dividendos	9.034	10.287	7.957	13,87	-22,65
Receitas do BC	1.098	1.210	1.340	10,21	10,69
Outras	7.800	10.685	5.932	36,98	-44,48
Receitas da Previdência Social	94.658	110.112	125.840	16,33	14,28
Urbana	92.393	107.570	123.061	16,43	14,40
Rural	2.265	2.541	2.779	12,20	9,36
TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	69.158	86.544	94.163	25,14	8,80
Transferências Constitucionais	51.358	66.258	71.038	29,01	7,21
LC n.º 87 e 115 (compensação exportação)	975	975	975	0,00	0,00
Transferências CIDE-Combustíveis	908	955	740	5,20	-22,50
Fundef/Fundeb	2.996	5.646	5.382	88,47	-4,67
Salário educação	3.333	3.931	4.530	17,93	15,26
Royalties petróleo	8.134	8.652	11.363	6,36	31,34
Demais	1.455	128	135	-91,22	5,59
<b>RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>334.175</b>	<b>397.753</b>	<b>433.583</b>	<b>19,03</b>	<b>9,01</b>

Fonte: STN. Org. Anfp e Fundação Anfp. Notas: (1) inclui receitas do BC

primeira metade do ano. No ano passado, quando a economia crescia em um ritmo acelerado, a arrecadação aumentou 20,1%, frente aos valores de 2010. A Tabela 4 apresenta esses dados.

A pequena expansão das receitas também decorre de inúmeras medidas de desoneração fiscal adotadas para enfrentar e minimizar os efeitos da crise internacional.

No semestre, as receitas apresentaram um pequeno acréscimo, perfeitamente adequado à pequena evolução da economia demonstrada na primeira metade do ano e às medidas de desoneração pontual adotadas para enfrentar e minimizar os efeitos da crise internacional.

O comportamento em 2012 de importantes variáveis macroeconômicas, que influenciam a arrecadação, é muito diferente do encontrado no ano passado, especialmente para a indústria nacional.

O crescimento da arrecadação em 2011 estava ancorado em uma melhoria desses indicadores frente ao ocorrido em 2010.

Após o abatimento das restituições e incentivos, a receita do semestre foi de R\$ 521,8 bilhões. Esse valor foi 8,7% superior ao verificado no mesmo período de 2011. As mais importantes contribuições para esse resultado vieram das receitas do Imposto de Importação e das Contribuições Previdenciárias, que cresceram 20,2% e 14,3%, respectivamente. Ainda assim, essas receitas também apresentaram uma evolução inferior à ocorrida entre 2010 e 2011.

Ressalvadas as receitas extraordinárias, a grosso modo, a arrecadação ocorrida no primeiro semestre depende do comportamento dos mais diversos fatos geradores verificado entre dezembro do ano anterior e maio.

Em relação ao comportamento de importantes variáveis macroeconômicas, que influenciam a arrecadação, os números de 2012 são muito diferentes dos encontrados no ano passado, especialmente para a indústria nacional. A Tabela 5 permite a comparação desses números. Uma maior arrecadação de 2011 estava ancorada na melhoria desses indicadores frente ao ocorrido em 2010.

A Tabela mostra que, no comparativo com igual período do ano anterior, em 2011, a produção industrial cresceu 1,8%. Em 2012, ocorreu o oposto: a produção industrial caiu 3,1%.

Na venda de bens e serviços, os resultados de 2012 são maiores do que os verificados em 2011 (+6,6%). Mas em 2011, esse crescimento frente ao período anterior havia sido muito maior, de 13,1%, determinando uma expansão muito superior para a arrecadação que incide sobre a circulação de bens e serviços e o faturamento das empresas.

O comportamento da massa salarial em 2012 foi o que mais se aproximou da grande expansão verificada no ano passado. Em 2012, foi de 14,1% e, em 2011, de 15,8%. Isto justifica a boa arrecadação da Previdência Social e do imposto de renda pessoa física.

**Tabela 5: Evolução de indicadores macroeconômicos selecionados, diferença percentual.**

	<b>Varição entre 2011 e 2010 (%)</b>	<b>variação entre 2012 e 2011 (%)</b>
Produção industrial (PIM-IBGE)	1,77	-3,08
Vendas de bens e serviços (PMC-IBGE)	13,13	6,64
Massa salarial (PME-IBGE)	15,77	14,08
Valor em dólar das exportações	28,14	5,24

Fonte: RFB, Análise da Arrecadação, diversas edições. Org. Anfip e Fundação Anfip. Nota: a tabela compara a evolução dos indicadores entre os períodos de dezembro de um exercício e maio do seguinte.

## A ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS NO 1º SEMESTRE

Nos primeiros seis meses do ano, a receita de impostos foi de R\$ 193,1 bilhões, R\$ 16,4 bilhões acima do verificado em 2011 (+9,4%). Entre 2011 e 2010, essa margem de expansão foi de 25,3%.

Além de responder ao comportamento de indicadores, como os mostrados na Tabela 5, essa arrecadação dos impostos respondeu, entre outros, à diminuição da lucratividade das empresas e renúncias do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, adotadas para o enfrentamento dos problemas da indústria.

Entre os impostos, as maiores variações positivas ocorreram no Imposto de Renda da Pessoa Física e no Imposto de Importação, como mostra a Tabela 6.

No Imposto de Renda incidente sobre os lucros da pessoa jurídica — IRPJ, a menor expansão

reflete a grande diferença entre a lucratividade que as empresas obtinham no ano passado frente aos resultados deste exercício. Em boa parte, o crescimento de 9,5% encontrado nos números da Tabela 6 ainda corresponde a valores apurados em 2011, arrecadados no primeiro trimestre deste ano. No segundo trimestre, o IRPJ apresentou uma queda nominal de 3,0% em relação ao verificado em igual período de 2011, como mostra a Tabela 6.

Para o IPI, as Tabelas 6 e 7 permitem acompanhar os efeitos da queda da produção industrial como um todo, da desoneração do IPI sobre automóveis e, ao mesmo tempo, mudanças legais que ampliaram as receitas desse imposto incidente sobre bebidas e fumo.

O Imposto sobre Importação cresceu acompanhando o aumento da entrada de bens e a elevação de algumas alíquotas do tributo. A desvalorização do real frente ao dólar, que chegou a R\$ 2,02, não foi suficiente para a defesa da produção nacional, porque, em termos médios, ele situou-se em R\$ 1,86 no primeiro semestre (era de R\$ 1,61 na média dos seis primeiros meses de 2011).

**Tabela 6: Evolução percentual das receitas dos principais impostos do governo federal, comparativos entre trimestres de 2012 e 2011**

Parcelas	Diferença (%)	
	1º Trim.	2º Trim.
IR	13,9	4,6
IR - Pessoa Física	16,0	10,7
IR - Pessoa Jurídica	19,4	-3,0
IR - Retido na Fonte	8,0	8,7
IRRF - Trabalho	10,4	6,9
IRRF - Capital	6,7	11,5
IRRF - Rem. Exterior	-3,7	9,1
IRRF - Outros Rend.	9,8	9,5
IPI	6,8	5,8
IPI - Fumo	-7,1	36,4
IPI - Bebidas	41,1	11,2
IPI - Automóveis	-10,8	-40,2
IPI - Vinc. importação	30,0	33,4
IPI - Outros	-3,7	-1,0
IOF	21,4	-3,7
Imp. Importação	17,6	22,7

Fonte: STN. Org.: Anfip e Fundação Anfip.

**Tabela 7: Evolução das receitas dos principais impostos do governo federal, valores acumulados no 1º semestre de 2010 a 2012, valores correntes.**

Parcelas	R\$ milhões				
	2010	2011	2012	2011/10 (%)	2012/11 (%)
IR	101.236	127.354	139.059	25,8	9,2
IR - Pessoa Física	8.928	11.959	13.379	33,9	11,9
IR - Pessoa Jurídica	43.166	54.420	59.591	26,1	9,5
IR - Retido na Fonte	49.141	60.976	66.089	24,1	8,4
IRRF - Trabalho	29.313	35.167	38.236	20,0	8,7
IRRF - Capital	11.415	15.893	17.429	39,2	9,7
IRRF - Rem. Exterior	5.268	6.349	6.512	20,5	2,6
IRRF - Outros Rend.	3.145	3.567	3.912	13,4	9,7
IPI	17.920	22.185	23.577	23,8	6,3
IPI - Fumo	1.919	1.880	2.137	-2,0	13,7
IPI - Bebidas	1.172	1.317	1.662	12,4	26,2
IPI - Automóveis	2.292	3.548	2.633	54,8	-25,8
IPI - Vinc. importação	5.001	6.057	7.979	21,1	31,7
IPI - Outros	7.535	9.383	9.166	24,5	-2,3
IOF	12.162	14.842	15.941	22,0	7,4
Imp. Importação	9.461	12.019	14.448	27,0	20,2

Fonte: STN. Org.: Anfip e Fundação Anfip.

Além de os indicadores macroeconômicos revelarem uma economia desacelerada, a arrecadação dos impostos respondeu a outros fatores, como a diminuição da lucratividade das empresas e as renúncias do Imposto sobre Produtos Industrializados —IPI, adotadas para o enfrentamento dos problemas da indústria.

A receita de contribuições sociais e econômicas (exceto a Contribuição Previdenciária), verificada no semestre, cresceu para

R\$ 149,6 bilhões, um valor R\$ 11,7 bilhões superior ao de igual período de 2011 (+8,5%).

Mas vale ressaltar que esse acréscimo está relacionado quase que exclusivamente às contribuições sociais.

## A ARRECADAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO 1º SEMESTRE

Em relação à receita de contribuições sociais e econômicas (exceto a Contribuição Previdenciária), a arrecadação verificada no semestre cresceu para R\$ 149,6 bilhões, um valor R\$ 11,7 bilhões superior ao de igual período de 2011 (+8,5%). Mas, vale ressaltar, que esse acréscimo está relacionado quase que exclusivamente às contribuições sociais.

A Tabela 8 apresenta os dados da arrecadação das contribuições sociais e econômicas, exceto a previdenciária, realizada no 1º semestre de

2010 a 2012. E a Tabela 9 compara essa evolução decompondo em valores parciais as arrecadações ocorridas em cada um dos trimestres.

A arrecadação das principais contribuições da Seguridade Social (Cofins, PIS/ PASEP e CSLL) cresceu R\$ 11,5 bilhões (+9,3%), totalizando R\$ 135,5 bilhões.

Na Cofins e no PIS/PASEP, incidentes sobre o faturamento das empresas, o aumento está relacionado ao incremento das vendas (6,4%, pelo PMC/IBGE) e a incidência sobre importados. A ampliação da renda das famílias tem ampliado o consumo e a importação, ambos tributados por

**Tabela 9: Evolução percentual das receitas das principais contribuições do governo federal, comparativos entre os trimestres de 2012 e 2011**

Parcelas	Diferença (%)	
	1º Trim.	2º Trim.
Contribuições	9,4	7,6
COFINS	6,1	10,3
CSLL	21,7	-0,5
Pis/Pasep	9,4	9,3
CIDE-Combustíveis	-39,4	-48,1
Salário Educação	14,5	15,4
Outras1	19,7	69,3

Fonte: STN. Org: Anfip e Fundação Anfip

**Tabela 8: Receitas das contribuições sociais e econômicas, valores acumulados no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes.**

	R\$ milhões				
	2010	2011	2012	2011/10 (%)	2012/11 (%)
Soma	117.555	137.834	149.591	17,25	8,53
COFINS	65.748	76.194	82.457	15,89	8,22
CSLL	22.937	27.384	30.719	19,39	12,18
Pis/Pasep	17.289	20.374	22.274	17,84	9,33
CIDE-Combustíveis	3.631	4.491	2.509	23,68	-44,12
Salário Educação	5.612	6.621	7.608	17,99	14,89
Outras	2.337	2.770	4.023	18,51	45,23

Fonte: STN. Org: Anfip e Fundação Anfip.

essas contribuições - a importação também tem sido promovida pela valorização excessiva do real.

Na CSLL, que recai sobre o lucro, a boa arrecadação deve-se, principalmente, a fatos econômicos ocorridos em 2011, tributados na forma do ajuste anual. O acréscimo de 12% apontado pela Tabela 8 reflete a maior arrecadação ocorrida no 1º trimestre, como mostra a Tabela 9. No segundo trimestre, os números apontam uma queda nominal da arrecadação de 0,5%.

As receitas das principais contribuições econômicas caíram pela diminuição de alíquotas da CIDE-Combustíveis. Com a redução dos valores ad rem da contribuição, a tributação caiu de R\$ 0,23/litro para R\$ 0,09/litro para a gasolina e, de R\$ 0,07/litro para R\$ 0,047/litro, para o diesel.

O crescimento da arrecadação do Salário Educação, que acompanhou a evolução da folha de pagamentos das empresas, foi de 15,4% no acumulado do segundo trimestre de 2012, frente a igual período de 2011. Todavia, não foi suficiente para compensar a queda de 48% da receita da CIDE-Combustíveis, no mesmo período. Essas tabelas ainda não refletem os efeitos da desoneração total dessa contribuição econômica adotada pelo Decreto 7.764, de 2012.

As demais receitas e as restituições e incentivos fiscais

As demais receitas do Tesouro arrecadaram, no primeiro semestre, R\$ 59,3 bilhões, um valor inferior ao realizado em 2011 (-1,0%).

Além da arrecadação inferior verificada nas receitas de concessões e de dividendos, os valores do primeiro semestre de 2011 incluem uma receita atípica relativa aos parcelamentos de débitos. Em junho de 2011, depois de dois anos da promulgação da Lei n.º 11.941/2009, ocorreu a primeira arrecadação dos parcelamentos de débitos tributários determinados pelo chamado "Refis da Crise", com condições altamente vantajosas para os contribuintes em débito. Somente naquele mês, os recolhimentos chegaram a R\$ 6,7 bilhões, contra uma média

mensal de R\$ 663 milhões ocorrida entre janeiro e maio daquele ano.

Depois desse grande ingresso, a arrecadação mensal relativa a esses parcelamentos caiu. No segundo semestre de 2011, os valores médios mensais foram de R\$ 1,8 bilhão e, no primeiro semestre de 2012, de R\$ 1,4 bilhão.

O comportamento desse item da arrecadação contribui para distorcer as comparações mensais que foram feitas diante da arrecadação de junho de 2012. Poucos analistas se preocupam em separar o comportamento normal da arrecadação das ocorrências de diversos fatos atípicos.

As restituições e os incentivos totalizaram R\$ 6,1 bilhões no semestre. Esse valor superou o realizado em 2011 em 41%, refletindo, inclusive, inúmeras medidas adotadas em contraposição aos efeitos da crise internacional.

Além da queda da arrecadação nas receitas de concessões e de dividendos, os valores do primeiro semestre de 2011 incluem uma receita atípica relativa aos parcelamentos de débitos.

Em junho de 2011, esses recolhimentos chegaram a R\$ 6,7 bilhões, contra uma média mensal de R\$ 663 milhões ocorrida entre janeiro e maio daquele ano.

Nos boletins fiscais do Tesouro e do Banco Central, são apropriados os valores relativos aos saques e ingressos realizados na Conta Única.

Quando as análises exigem maior detalhamento do que o expresso nesses boletins, é preciso extrair as informações diretamente dos bancos de dados governamentais. Nesses casos, podem aparecer pequenas discrepâncias, porque há pelo menos um dia útil de diferença entre a apropriação dessas informações. Há uma tendência de aproximação desses valores no longo prazo. Essas diferentes metodologias de apuração das informações justificam variações entre os números apresentados nas Tabelas que têm como fonte os boletins da STN ou os dados do SIAFI (Siga Brasil, do Senado Federal)

## AS RECEITAS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

As receitas das contribuições previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social somaram, no primeiro semestre, R\$ 125,8 bilhões, superando em R\$ 15,7 bilhões o realizado no mesmo período de 2011 (+14,3%).

A Tabela 10, com dados do SIAFI, permite detalhar essa arrecadação. O crescimento persiste, resistindo ao fraco desempenho da economia, em função de um continuado período de formalização das empresas e do emprego e da evolução também positiva dos segmentos de comércio e de serviços. O mercado de trabalho apresenta um bom momento, nos níveis de ocupação e de renda.

Além dos efeitos positivos do aumento da formalização do emprego, na comparação com iguais períodos anteriores, a Tabela 10 explicita a arrecadação das empresas sobre a receita bruta, já em substituição à contribuição patronal sobre a folha de pagamentos. No primeiro semestre de 2012, estes valores já totalizavam R\$ 821 milhões.

Essa arrecadação deve aumentar significativamente se forem promulgadas as inovações aprovadas durante a tramitação da MP 563. A relação dos segmentos alcançados pela substituição cresceu muito e há pressões de diversos segmentos empresariais para que o governo adote medidas ainda mais efetivas para essa desoneração da contribuição patronal.

Ainda assim, o conjunto da contribuição patronal deve cair, pois essa alteração da base de cálculo e a nova alíquota estabelecida sobre o faturamento importam em significativas renúncias. O texto aprovado na MP 563 determina que o Tesouro faça essas compensações com recursos do Orçamento Fiscal.

Outro destaque está relacionado ao

aumento da arrecadação relativa à dívida ativa e a parcelamentos. São resultados tardios do chamado Refis da crise, adotado em 2009.

Em relação ao mercado de trabalho, ao final do primeiro semestre de 2012, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED registrou a criação de 858 mil empregos formais. No acumulado dos últimos doze meses, essa conta chega a 1.160 mil.

A Tabela 11 mostra o comportamento da geração de empregos formais ao final do primeiro semestre, desde 2000. Os dados

**Tabela 10: Evolução das receitas das contribuições da Previdência Social, valores acumulados no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes.**

Contribuição dos segurados	Valores correntes em R\$ milhões			
	20.787	24.243	27.606	13,9
contribuinte assalariado	18.992	21.543	24.473	13,6
contribuinte individual	1.792	2.697	3.128	16,0
segurado especial	3	4	4	6,5
Contribuição patronal	67.730	79.139	90.426	14,3
empresas - assalariados	36.980	42.833	48.497	13,2
empresas - subrogação	7.532	9.265	10.587	14,3
empresas - Simples	7.454	9.520	10.832	13,8
empresas sobre faturamento	0	0	821	
entidades e órgãos públicos	8.211	9.156	10.541	15,1
entidades filantrópicas	875	968	1.086	12,3
espetáculos desportivo	30	65	56	-13,9
empregador doméstico	1.048	1.128	1.207	7,0
SAT	5.600	6.205	6.800	9,6
Contribuição - outras	7.369	8.145	10.511	29,0
certificados financeiros	290	212	161	-24,1
depósitos judiciais	1.081	946	977	3,3
dívida ativa	534	773	1.815	134,7
juros e multas	677	725	1.005	38,6
parcelamentos	2.688	3.050	3.801	24,6
produção rural	1.292	1.477	1.577	6,8
reclamatórias trabalhista	776	910	1.118	22,9
outras	30	51	57	11,4
Soma	95.886	111.527	128.543	15,3
% PIB	5,38	5,56	5,99	

Fonte: SIAFI, extração Siga Brasil – SF. Org. Anfip e Fundação Anfip.

apontam tanto o quantitativo de novos postos formais de trabalho criados ao longo dos primeiros seis meses de cada ano, quanto o total acumulado nos últimos 12 meses.

Os números apontam reduções de 32% e de 40%, respectivamente para o acumulado do primeiro semestre e dos últimos doze meses. A diferença entre os dados relativos a 2011 e a 2010 foi bem menor.

Esse saldo positivo de contratações tem se mantido mesmo em períodos em que a economia apresentou desempenho negativo ou de pequena variação, como nesses últimos dois semestres. Mas tem diminuído, diante da pequena expansão econômica. Assim, o crescimento das contribuições previdenciárias, que se mostrou vigoroso desde 2004, também se acomoda.

Esse ritmo menor ainda não chegou a produzir reflexos significativos no comportamento da necessidade de financiamento do RGPS. Mas, agora, com o aumento das renúncias e das desonerações, essa realidade pode ser alterada.

No primeiro semestre de 2012, foram

criados 858 mil empregos formais. No acumulado dos últimos doze meses, essa conta chega a 1.160 mil. O saldo continua bastante positivo, mas tem diminuído, diante da pequena expansão econômica.

O menor crescimento das contribuições previdenciárias não chegou a produzir reflexos significativos no comportamento da necessidade de financiamento do RGPS. Mas, agora, com o aumento das renúncias e das desonerações, essa realidade pode ser alterada.

No primeiro semestre, as transferências do governo federal a estados e municípios totalizaram R\$ 94,2 bilhões. Esse valor superou o ocorrido em 2011 em R\$ 7,6 bilhões (8,8%). As parcelas que apresentaram a maior variação positiva foram as relativas aos royalties de petróleo (+31,4%) e as do Salário Educação (+15,3%).

## AS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E A MUNICÍPIOS

No primeiro semestre de 2012, as transferências do governo federal a estados e municípios totalizaram R\$ 94,2 bilhões. Esse valor superou o ocorrido em 2011 em R\$ 7,6 bilhões (8,8%), como mostra a Tabela 11.

As parcelas que apresentaram a maior variação positiva foram as relativas aos royalties de petróleo (+31,4%) e às do Salário Educação (+15,3%).

As transferências constitucionais por repartição de receitas (por meio dos fundos de participação de estados – FPE, e de Municípios – FPM) aumentam no primeiro semestre para R\$ 71,0 bilhões, um valor R\$ 13,1 bilhões acima do realizado em 2011 (+8,8%). O crescimento das receitas do IR (R\$ 11,7 bilhões) compensou a pequena expansão do IPI (R\$ 1,4 bilhão).

As transferências da Cide-Combustíveis caíram, acompanhando a diminuição da sua arrecadação resultante da diminuição efetiva das alíquotas. Ao final de junho, foi determinada a desoneração integral. E, mantida essa situação, estará zerada no segundo semestre essa parcela de

**Tabela 11: Evolução da geração de postos de trabalhos formais verificadas em junho de cada ano, no acumulado do exercício (janeiro a junho) e dos últimos 12 meses.**

	No exercício	Em 12 meses
2012	858.334	1.159.127
2011	1.265.250	1.928.877
2010	1.473.320	2.168.924
2009	299.506	390.322
2008	1.361.388	1.883.277
2007	1.095.503	1.400.391
2006	923.798	1.211.476
2005	966.303	1.454.923
2004	1.034.656	1.119.182
2003	560.907	642.572
2002	680.750	697.840
2001	573.989	641.473
2000	590.112	376.830

Fonte: Caged—MTE. Org. Anfp e Fundação Anfp.

transferências a estados e a municípios.

Os valores dos Royalties do Petróleo cresceram pelo aumento dos preços internacionais da commodity, mas as fórmulas de rateio continuam inalteradas, porque as novas regras para distribuição desses valores ainda não foram aprovadas pelo Congresso.

## AS DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL

As despesas do governo no semestre somaram R\$ 379,5 bilhões. Esse valor superou o realizado no mesmo período de 2011, em R\$ 42,0 bilhões, um aumento de 12,5%, conforme mostram os dados da Tabela 12.

O aumento do salário mínimo de 14,26% (7,5%, a título de ganho real e uma reposição inflacionária de 6,3%) foi um dos principais fatores a contribuir para esse resultado. Vale lembrar que o salário mínimo impacta despesas da Previdência Social, benefícios do Fundo de Amparo ao trabalhador – FAT, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e da Renda Mensal Vitalícia – RMV.

Embora não seja o mais significativo em termos de valores globais, o aumento das despesas em subvenções e subsídios foi considerável (44%). Também importante foi o aumento das alocações associadas ao PAC, que cresceram 53%.

As despesas de pessoal, ativos e inativos,

manteve-se estável, com uma evolução de diminutos R\$ 2,5 bilhões (+2,9%). Como essa despesa está submetida a aumentos vegetativos e à ampliação dos quadros de pessoal, essa evolução corresponde a uma diminuição do poder de compra dos vencimentos.

Nas seções seguintes, esses valores são detalhados.

O aumento do salário mínimo de 14,26% (7,5%, a título de ganho real e uma reposição inflacionária de 6,3%) foi um dos principais fatores a contribuir para esse resultado, pois impacta benefícios da previdência social, do Fundo de Amparo ao trabalhador – FAT, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e da Renda Mensal Vitalícia – RMV.

No primeiro semestre de 2012, as despesas de pessoal (aferidas pelos critérios da LRF) somaram R\$ 89,5 bilhões. Esse montante foi superior ao realizado em igual período de 2011 em R\$ 2,4 bilhões, um aumento de 2,9%.

## AS DESPESAS COM PESSOAL

No primeiro semestre de 2012, as despesas de pessoal (aferidas pelos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF) somaram R\$ 89,5 bilhões. Esse montante foi superior ao realizado em igual período de 2011 em R\$ 2,4 bilhões, um

**Tabela 11: Transferências por repartição de receitas a estados e municípios, valores acumulados no 1º semestre, 2010 a 2012, valores correntes.**

	R\$ milhões				
	2010	2011	2012	2011/10 (%)	2012/11 (%)
TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	69.158	86.544	94.163	25,14	8,80
Transferências Constitucionais	51.358	66.258	71.038	29,01	7,21
LC n.º 87 e 115 (comp. exportação)	975	975	975	0,00	0,00
Transferências CIDE-Combustíveis	908	955	740	5,20	-22,50
Fundef/Fundeb	2.996	5.646	5.382	88,47	-4,67
Salário educação	3.333	3.931	4.530	17,93	15,26
Royalties petróleo	8.134	8.652	11.363	6,36	31,34
Demais	1.455	128	135	-91,22	5,59
% Transferências frente receita do governo federal	17,3	18,0	18,0		

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip.

**Tabela 12: Despesas primárias do governo federal no primeiro semestre, 2010 a 2012**

	2010	2011	2012	2011/10 (%)	2012/11 (%)
DESPESA TOTAL	305.050	337.474	379.504	10,6	12,5
Pessoal e Encargos Sociais	78.191	87.038	89.525	11,3	2,9
Benefícios Previdenciários	117.254	129.638	146.399	10,6	12,9
Urbano	91.174	101.224	113.390	11,0	12,0
Rural	26.079	28.414	33.010	9,0	16,2
Custeio e Capital	109.605	120.798	143.580	10,2	18,9
Despesa do FAT	11.027	12.030	14.189	9,1	17,9
LOAS e RMV	10.910	12.274	14.538	12,5	18,4
Subsídios e Subvenções	5.022	5.327	7.669	6,1	44,0
Outras Despesas	82.646	91.167	107.184	10,3	17,6
Legislativo/Judiciário	3.039	3.358	3.971	10,5	18,3
PAC 1	9.008	12.196	18.618	35,4	52,7
Outras Obrigatórias 2	1.301	735	2.424	-43,5	230,0
Discrecionárias 3	69.298	74.878	82.171	8,1	9,7

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip. Notas: (1) a partir de 2012, passou a incluir despesas com o subsídio das operações do Minha Casa Minha Vida; (2) a partir de 2012, inclui também as despesas com recursos da contribuição para complementação do FGTS. (3) inclui despesas do BC, precatórios e despesas judiciais e créditos extraordinários.

aumento de 2,9%.

Nesses últimos dois anos as flutuações no quantitativo dos quadros de servidores ativos, inativos e de instituidores de pensão e, ainda, as pequenas mudanças vegetativas no padrão remuneratório predominaram na determinação dessas despesas, pois nesse período não foram concedidos reajustes para repor a inflação.

Vale ressaltar que, desde 2000, os governos têm adotado modelos onde a reposição de perdas inflacionárias é feita parceladamente em exercícios seguintes. Assim, ao final de cada período de

reposição, os padrões remuneratórios já acumulam outras perdas consideráveis.

Em relação ao PIB, essas despesas apresentam uma tendência de queda desde 2003. Depois de atingir 4,81% em 2002, essas despesas vêm caindo no comparativo com a economia — exceto em 2009, quando até os vencimentos dos servidores foram utilizados como instrumento anticíclico em resposta à crise.

No resultado parcial do primeiro semestre, elas significam 4,17%, o menor valor dessa série (a partir de 2000). A Tabela 13 permite comparar a evolução dos grandes grupos de despesas realizadas em cada primeiro semestre de 2010 a 2012 em proporção ao PIB e na sua evolução frente a igual período do ano anterior. As despesas de pessoal caem seguidamente e,

em 2012, representam o único grupo com variação inferior ao ocorrido no exercício passado.

Quando comparadas com as receitas, as despesas de pessoal igualmente apresentam uma tendência decrescente. Essa comparação, criada pela LRF, é o principal balizador para a concessão de reajustes para os servidores.

Pelos dados divulgados pela STN, mostrado na Tabela 14, relativos a junho, as despesas de pessoal acumuladas nos últimos doze meses representavam 31,5% da RCL. Quando são considerados apenas os valores de 2012, há uma queda para 28,7% na relação entre despesa de pessoal e receita.

**Tabela 13: Despesa primária do governo federal no primeiro semestre, 2010 a 2012, em proporção do PIB e na evolução comparada ao exercício anterior .**

	% PIB			evolução exercício anterior (%)	
	2010	2011	2012	2011	2012
Pessoal e Encargos Sociais	4,39	4,34	4,17	11,31	2,86
Benefícios Previdenciários	6,58	6,46	6,82	10,56	12,93
Custeio e Capital	6,15	6,02	6,69	11,02	12,02

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip.

## AS DESPESAS COM OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E TRABALHISTAS

No 1º semestre de 2012, as despesas com pagamento de benefícios assistenciais (LOAS, RMV e Bolsa Família) e trabalhistas, a cargo do FAT, totalizaram R\$ 38,9 bilhões. No mesmo período de 2010, foram R\$ 32,2 bilhões, um aumento de 20,6%.

Esse substantivo aumento está relacionado ao reajuste do salário mínimo, para os benefícios da LOAS, RMV e do FAT, já que a maior parte desses benefícios equivale ao piso.

O aumento das despesas com o Bolsa Família decorre da ampliação dos valores, acima dos índices inflacionários, e do número de beneficiários, proporcionado pela busca ativa das famílias carentes.

No segundo semestre crescerão as despesas do FAT, com o início dos pagamentos do Abono Salarial (um benefício a que fazem jus os trabalhadores que estiveram registrados no ano anterior e que receberam menos de dois salários mínimos ao mês, na média anual).

Da mesma forma, também crescerão as despesas do Bolsa Família, pois o governo ampliou os valores dos benefícios cabíveis a cada família, pelos efeitos do programa Brasil Carinhoso, para garantir que as famílias com crianças e jovens tenham pelo menos uma renda per capita de R\$ 70 mensais. Esse limite mínimo, de pouco mais de dois reais ao dia, é uma linha de corte que separa a extrema pobreza.

Os primeiros pagamentos relativos a essa ampliação foram em junho; portanto, esses impactos ainda foram pequenos no primeiro semestre.

A Tabela 15 apresenta a evolução dessas despesas para os três últimos exercícios.

## OS INVESTIMENTOS E AS DESPESAS DO PAC

A rigidez da política fiscal, que tem produzido expressivos superávits primários, a despeito da

pequena expansão da economia e da queda do ritmo de crescimento da receita, resulta em grandes contingenciamentos — dotações orçamentárias que os diversos ministérios e órgãos não podem gastar integralmente e na postergação do pagamento de despesas.

O saldo positivo de contratações tem se mantido mesmo em períodos em que a economia apresentou desempenho negativo ou de pequena variação, como nesses últimos dois semestres. Mas, tem diminuído, diante da pequena expansão econômica. Assim, o crescimento das contribuições previdenciárias, que se mostrou vigoroso desde 2004, também se acomoda.

A opção por produzir elevados superávits primários, num ambiente econômico em diminuta expansão e em que a arrecadação não consegue repetir o crescimento de anos anteriores, exige contenção de muitas outras programações.

Um dos resultados desse processo é a

**Tabela 14: Despesas de pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) do governo federal, em junho de 2012.**

	R\$ bilhões	
	Acumulado 12 meses	Acumulado exercício
Despesa de Pessoal	183,1	88,2
Receita Corrente Líquida	581,2	306,8
%	31,51	28,74

Fonte: STN. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Org. Anfip e Fundação Anfip. Nota: despesa de pessoal líquida nos termos da LRF.

**Tabela 15: Evolução das despesas com os principais benefícios assistenciais e trabalhistas, nos primeiros semestres de 2010 a 2012.**

		2010	2011	2012	2011/10 (%)	2012/11 (%)
	Soma	28.630	32.221	38.872	12,5	20,6
LOAS e RMV	ao Idoso	5.205	5.897	7.022	13,3	19,1
	ao Portador de Deficiência	6.055	6.780	8.010	12,0	18,1
	Total	11.260	12.677	15.032	12,6	18,6
FAT	Seguro Desemprego e Abono	10.625	11.794	14.371	11,0	21,8
Bolsa Família		6.745	7.750	9.469	14,9	22,2

Fonte: SIAFI — extração Siga Brasil SF. Org. Anfip e Fundação Anfip (vide observação à pág. 9)

construção de um expressivo grupo de dotações orçamentárias, em diversos ministérios e órgãos, que não podem ser utilizadas.

Há despesas onde a execução é determinada legalmente: são as despesas obrigatórias e estão associadas a pagamentos de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas, remunerações, transferências legais para a saúde, educação, repartição de receitas etc.

A execução das demais despesas depende de determinação política e, portanto, precisa ser priorizada dentro das disponibilidades que resultam da primazia da produção do superávit primário. Os investimentos se enquadram nessa categoria e representam uma parcela do gasto público sempre sacrificada diante do ajuste fiscal.

A opção por produzir elevados superávits primários num ambiente econômico em diminuta

expansão e em que a arrecadação não consegue repetir o crescimento de anos anteriores, exige contenção de muitas outras programações. Um dos resultados desse processo é a construção de um expressivo grupo de dotações orçamentárias em diversos ministérios e órgãos que não podem ser utilizadas.

Entre 2006 e 2010, o governo optou por facilitar a execução de algumas programações de investimentos selecionados, inclusive as incluídas no PAC. Legalmente, essas despesas podiam ser computadas dentro das metas de superávit primário e a sua execução não ficava constrangida pelos diversos contingenciamentos. Mas, desde 2011, quando o governo optou por praticar uma política fiscal mais austera para facilitar a redução dos juros, decidiu não mais descontar os investimentos do superávit. O resultado primário cresceu, mas os investimentos caíram.

A Tabela 16 apresenta os dados dos investimentos realizados no 1º semestre de 2010 a 2012, em seus valores efetivamente pagos, incluindo os restos a pagar. Em 2011, a execução dessas despesas neste ano foi inferior aos

Os destaques positivos são as ampliações nas áreas de saúde e de educação. Na saúde, os valores pagos em 2012 cresceram 48% e somaram R\$1,8 bilhão contra R\$ 1,2 bilhão no ano passado. Prevaleceu a execução das programações de saneamento urbano (em pequenas localidades) e de atenção básica em saúde (construção das unidades de pronto atendimento). Na educação, a expansão foi ainda maior, 74%. No primeiro semestre foram pagos R\$ 4,6 bilhões, superando em muito os R\$ 2,6 bilhões de 2011. Nessa área, os destaques são a construção de creches, a expansão do ensino profissionalizante e a reestruturação dos hospitais universitários. Mas uma parcela considerável dessa expansão está relacionada a uma mudança de classificação determinada pelo PPA 2012-2015, que desloca para a educação os financiamentos do FIES, antes classificados como encargos especiais.

Uma grande baixa está relacionada ao setor de transporte que, estranhamente, diante de tantas

**Tabela 16: Despesas com investimentos e inversões primárias do governo federal no primeiro semestre, 2010 a 2012.**

	R\$ milhões		
<b>Total investimentos e inversões</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Total Geral	21.377	19.009	22.748
05 - DEFESA NACIONAL	2.643	2.339	2.587
06 - SEGURANCA PUBLICA	690	422	348
10 - SAUDE	1.196	1.205	1.789
12 - EDUCACAO	2.329	2.608	4.552
15 - URBANISMO	1.406	925	785
16 - HABITACAO	132	117	192
17 - SANEAMENTO	909	566	524
18 - GESTAO AMBIENTAL	971	864	893
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	445	401	505
20 - AGRICULTURA	415	477	442
21 - ORGANIZACAO AGRARIA	595	254	515
26 - TRANSPORTE	5.756	6.457	4.490
27 - DESPORTO E LAZER	156	53	100
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.771	392	2.950
Outros	1.962	1.930	2.074

Fonte: STN. Org. Anfip e Fundação Anfip. Nota: inclui os valores pagos no período, sejam do exercício ou das programações em restos a pagar valores de 2010, mas neste ano em razão dos valores gastos em junho, o governo conseguiu acelerar a execução dos investimentos.

demandas por infraestrutura, decaíram 30% em relação aos gastos efetivados em 2011.

O aumento em Encargos Especiais está relacionado às despesas com os subsídios do programa Minha Casa Minha Vida, equiparados a investimentos por determinação legal.

Em resposta a diversos questionamentos, o governo conseguiu acelerar a execução das programações do PAC. Nos dados do final do semestre, pela primeira vez no ano, os resultados superaram a execução em igual período do ano anterior. Nesses primeiros seis meses, os pagamentos do PAC somaram R\$ 16,7 bilhões, 37% a mais do que os R\$ 12,1 bilhões de 2011. São destaques as programações em saúde, educação e as do programa Minha Casa Minha Vida — MCMV. Neste último caso, como detalhado na Edição anterior (junho/2012), em 2012, passaram a ser classificados como investimentos, as transferências do MCMV para o Fundo de Arrendamento Residencial — FAR. Esses dados estão apresentados na Tabela 17.

Nos investimentos, os destaques positivos são as ampliações nas áreas de saúde e de educação. Na saúde, os valores pagos em 2012 cresceram 48% e somaram R\$1,8 bilhão contra R\$ 1,2 bilhão no ano passado.

**Tabela 17: Despesas com as programações do PAC, em valores pagos no período, inclusive em restos a pagar, no primeiro semestre, 2010 a 2012.**

Área de governo	R\$ milhões		
	2010	2011	2012
Total Geral	8.774	12.138	16.673
10 - SAUDE	211	272	966
12 - EDUCACAO	0	0	834
15 - URBANISMO	909	701	416
16 - HABITACAO	121	113	191
17 - SANEAMENTO	871	548	506
18 - GESTAO AMBIENTAL	919	809	787
26 - TRANSPORTE	5.457	6.292	4.296
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	0	3.157	8.460
Outros	285	247	218

Fonte: SIAFI — extração Siga Brasil SF. Org. Anfip e Fundação Anfip. (vide observação à pág. 9).

Na educação, a expansão foi ainda maior, 74%. No primeiro semestre foram pagos R\$ 4,6 bilhões, superando em muito os R\$ 2,6 bilhões de 2011.

O governo espera que, com a utilização das regras do Regime Diferenciado de Contratações — RDC para o PAC, consiga diminuir a judicialização dos processos licitatórios e reduzir o prazo de contratação de obras e serviços.

Se a estratégia der certo, é bem provável que o governo termine o ano com um nível de execução maior para esses investimentos.

Quando apenas são apresentadas as programações de investimento do PAC, a redução frente ao realizado em 2011 remanesce. Os valores pouco superam os de 2010 (se considerar a inflação ficaram inferiores), como mostra a Tabela 18.

Em junho, foi aprovada pelo Congresso a utilização das regras do Regime Diferenciado de Contratações — RDC para o PAC (Lei nº 12.688/2012). O governo espera, com as novas regras, diminuir a judicialização dos processos licitatórios e assim reduzir o prazo de contratação de obras e serviços. Se a estratégia der certo, é bem provável que o governo termine o ano com um nível de execução maior para esses investimentos.

**Tabela 18: Despesas com as programações de investimento do PAC, em valores pagos no período, inclusive em restos a pagar, no primeiro semestre, 2010 a 2012.**

Investimentos	2010	2011	2012
Total Geral	8.543	8.709	8.578
10 - SAUDE	211	272	966
12 - EDUCACAO	0	0	834
15 - URBANISMO	897	682	412
16 - HABITACAO	117	110	184
17 - SANEAMENTO	870	547	505
18 - GESTAO AMBIENTAL	919	809	787
26 - TRANSPORTE	5.340	6.150	4.180
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	550
Outros	189	139	160

Fonte: SIAFI — extração Siga Brasil SF. Org. Anfip e Fundação Anfip. (vide observação à pág. 9).

## ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A arrecadação em junho de 2012 foi de R\$ 81,1 bilhões. Esse valor foi inferior aos R\$ 82,7 bilhões realizados em junho de 2011. Uma queda de 2,0%, em valores nominais, e de 6,6%, em valores constantes, indexados pelo IPCA. Essa diferença está concentrada nas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil — RFB. Além de um ritmo menos expansivo para a economia, naquele mês a ocorrência de receitas extraordinárias, associadas ao refinanciamento de dívidas tributárias, como visto anteriormente, produziu, em julho de 2011, uma grande arrecadação.

Em junho deste ano, a arrecadação das receitas administradas foi de R\$ 79,2 bilhões contra R\$ 81,1 bilhões em igual mês de 2011, uma diferença de 2,3%, em valores nominais, e de 6,8%, em valores constantes pelo IPCA.

Em valores acumulados do 1º semestre, neste ano foram arrecadados R\$ 508,6 bilhões, frente a R\$ 465,6 bilhões em 2011. Esses números representam um aumento de 9,2%, em valores nominais, e de 3,7%, em valores reais (IPCA). As receitas administradas ficaram em R\$ 489,6 bilhões neste ano e em R\$ 450,9 bilhões em 2011 (aumentos de 8,6% e 3,0%, em valores nominais e reais, respectivamente).

A Tabela 19 apresenta os números das receitas total e administrada no mês de junho de 2012, permitindo comparar, com exercícios anteriores, os valores mensais, os acumulados no exercício e em doze meses, em valores correntes e constantes, deflacionados pelo IPCA.

Para uma comparação mais efetiva da arrecadação é preciso sempre ponderar os fatores determinantes, distinguindo as sazonalidades e os eventos atípicos.

Da análise dos dados do primeiro semestre de

**Tabela 19: Receitas arrecadadas em junho de 2008 a 2012, em valores mensais, acumulados no exercício e em doze meses, valores correntes e constantes.**

R\$ milhões

Receita Total													
Valores correntes							valores constantes (IPCA)						
Mensal		Acumulado					Mensal		Acumulado				
Junho	%	até junho	%	12 meses	%	Junho	%	até junho	%	12 meses	%		
2008	55.747		327.672		648.032		68.577		409.893		822.840		
2009	55.391	-0,6	329.471	0,5	687.474	6,1	65.017	-5,2	390.720	-4,7	825.249	0,3	
2010	62.992	13,7	388.542	17,9	775.873	12,9	70.524	8,5	438.912	12,3	889.366	7,8	
2011	82.726	31,3	465.610	19,8	903.587	16,5	86.793	23,1	494.561	12,7	979.071	10,1	
2012	81.107	-2,0	508.555	9,2	1.012.838	12,1	81.107	-6,6	512.644	3,7	1.034.795	5,7	

Receita Administrada													
Valores correntes							valores constantes (IPCA)						
Mensal		Acumulado					Mensal		Acumulado				
Junho	%	até junho	%	12 meses	%	Junho	%	até junho	%	12 meses	%		
2008	54.456		316.510		627.541		66.989		395.905		796.802		
2009	54.217	-0,4	320.993	1,4	664.684	5,9	63.639	-5,0	380.654	-3,9	797.779	0,1	
2010	61.715	13,8	374.374	16,6	743.508	11,9	69.094	8,6	422.885	11,1	852.199	6,8	
2011	81.070	31,4	450.921	20,4	876.307	17,9	85.055	23,1	478.940	13,3	949.481	11,4	
2012	79.246	-2,2	489.602	8,6	977.595	11,6	79.246	-6,8	493.523	3,0	998.769	5,2	

Fonte: SRF – Análise da Arrecadação, diversas edições. Org. Anfip e Fundação Anfip.

2012, pode-se inferir que a arrecadação não apresenta a mesma expansão encontrada em 2010 e em 2011, quando cresceu em valores reais mais de 12% frente ao período anterior. E, diante das alterações na realidade econômica, os resultados não poderiam ser muito diferentes.

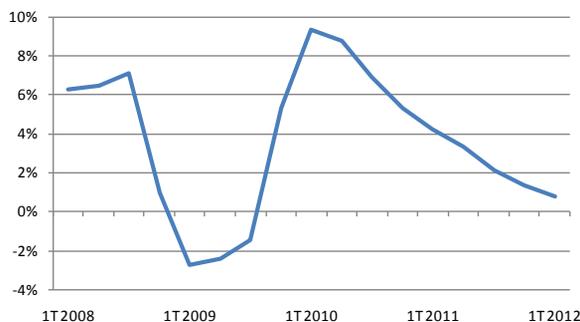
Os dados apresentados nessa seção representam a arrecadação e, portanto, diferem dos anteriores, porque resultam de diferentes metodologias de apuração. Para as avaliações fiscais, importa o efetivo ingresso dos recursos nos cofres públicos.

Para os estudos da arrecadação são considerados os depósitos realizados, inclusive quando os valores ainda se encontram em transição pela rede bancária.

O crescimento da economia nos últimos quatro trimestres foi muito pequeno, principalmente se comparado com o período que se inicia no segundo semestre de 2009 e vai até o primeiro de 2011. O gráfico a seguir compara a variação do PIB real de cada trimestre em relação a igual período do ano anterior.

Ele demonstra como, a partir do 4º Trimestre de 2009, a economia já crescia mais de 5% na

Gráfico 2: Variação % real do PIB trimestral em relação a igual período do ano anterior, 2008 a 2012



Fonte: BGE — contas nacionais trimestrais, série encadeada do número índice trimestral. Org. Anfp e Fundação Anfp.

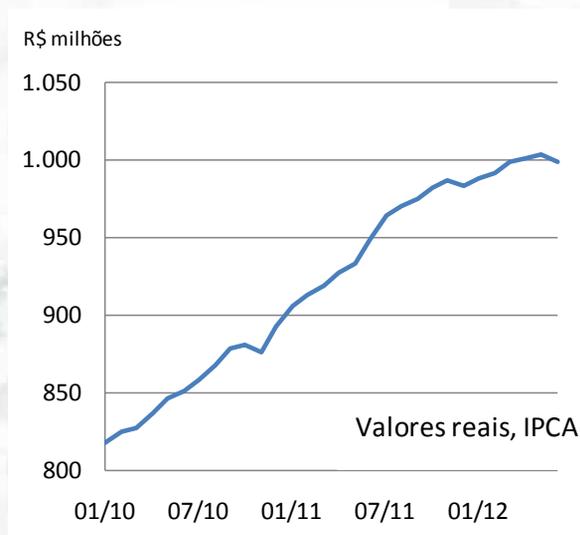
comparação com o último trimestre de 2008. Esses números cresceram até o 1º Trimestre de 2010, quando, nessa comparação, o resultado quase alcançava a marca de 10%. Desde então, trimestre a trimestre, o desempenho vem caindo, até que, no 1º Trimestre de 2012, chegou a 0,6%.

Mesmo que a expansão da renda e do crédito ainda mantenha os segmentos do comércio e da prestação de serviços crescendo, a economia como um todo sofre os efeitos da crise nos demais países, das perdas no comércio internacional, da diminuição dos valores das commodities exportadas e até de eventos climáticos, como seca no nordeste e no sul, e enchentes no norte.

Observando esses dados, é compreensível que o ciclo de crescimento real da arrecadação tenha se esgotado em 2012. Considerando-se os números acumulados em doze meses, em seus valores reais (IPCA), a arrecadação total cresceu a uma média mensal de 0,8% entre janeiro de 2010 e julho de 2011. Entre agosto de 2011 e dezembro daquele ano, essa evolução caiu para 0,4%. E, no segundo trimestre de 2012, a evolução foi praticamente nula (por conta dos dados negativos de junho), com -0,04%. É o que mostra o Gráfico 3.

Para um acompanhamento mais detalhado, é preciso observar a evolução dos múltiplos fatos geradores e as alterações legais aplicáveis para cada tributo ou contribuição. A Tabela 5 já adianta algumas dessas variáveis macroeconômicas que influenciam diretamente a arrecadação.

Gráfico 3: Arrecadação da receita administrada, acumulada doze meses, valores reais



Fonte: SRF. Org. Anfp e Fundação Anfp

A Tabela 20 apresenta a evolução da arrecadação do Imposto de Renda. Esse é um tributo que acompanha múltiplos fatores, a renda das pessoas, a lucratividade e o faturamento das empresas, os ganhos de capital, entre outros.

Assim, essa arrecadação, tomada em seu conjunto, mantém um comportamento similar ao da receita administrada e cresceu expressivamente em 2011 e praticamente nada neste ano, quando tomados os valores acumulados no semestre ou em 12 meses, especialmente pela diminuição da lucratividade das empresas, já que a renda das pessoas manteve praticamente o mesmo ritmo de expansão do ano passado.

A arrecadação do IPI apresenta um comportamento que acompanha a queda da produção industrial, mas a soma de todos os seus

componentes, no primeiro semestre de 2012, também foi influenciada pelo aumento de alíquotas aplicáveis ao IPI-Bebidas e IPI-Fumo (a elevação gerou uma antecipação de vendas), pela elevação no valor em dólar das impositações, da diminuição do IPI-Automóveis e de várias outras desonerações. A Tabela 21 apresenta os dados do IPI.

A arrecadação das contribuições econômicas e sociais, exceto a previdenciária, é resultado de um variado conjunto de fatores. As que incidem sobre a circulação de bens e serviços, como Cofins e PIS/PASEP, acompanharam o bom momento dos segmentos de comércio e de serviços, e apresentaram nesse período um comportamento mais expansivo do que o conjunto da receita administrada. A CSLL acompanhou o aumento da lucratividade das

**Tabela 20: Receitas arrecadadas do imposto de renda, em junho de 2008 a 2012, em valores mensais, acumulados no exercício e em doze meses, valores correntes e constantes.**

<b>Imposto de Renda</b>													
<b>Valores correntes</b>							<b>valores constantes (IPCA)</b>						
<b>Mensal</b>			<b>Acumulado</b>				<b>Mensal</b>			<b>Acumulado</b>			
Junho	%	até junho	%	12 meses	%	Junho	%	até junho	%	12 meses	%		
2008	16.043		16.043		177.964		19.735		119.334		225.769		
2009	16.385	2,1	16.385	2,1	191.904	7,8	19.233	-2,5	113.305	-5,1	230.300	2,0	
2010	15.591	-4,8	15.591	-4,8	197.319	2,8	17.455	-9,2	114.404	1,0	226.163	-1,8	
2011	21.108	35,4	21.108	35,4	234.320	18,8	22.145	26,9	135.359	18,3	253.681	12,2	
2012	21.934	3,9	21.934	3,9	261.523	11,6	21.934	-1,0	140.225	3,6	267.023	5,3	

Fonte: SRF – Análise da Arrecadação, diversas edições. Org. dos autores.

**Tabela 21: Receitas arrecadadas do imposto sobre produtos industrializados, em junho de 2008 a 2012, em valores mensais, acumulados no exercício e em doze meses, valores correntes e constantes.**

<b>IPI (vinculados, importação e demais)</b>													
<b>Valores correntes</b>							<b>valores constantes (IPCA)</b>						
<b>Mensal</b>			<b>Acumulado</b>				<b>Mensal</b>			<b>Acumulado</b>			
Junho	%	até junho	%	12 meses	%	Junho	%	até junho	%	12 meses	%		
2008	4.261		25.751		51.234		5.242		32.202		65.056		
2009	3.557	-16,5	21.577	-16,2	52.526	2,5	4.175	-20,4	25.590	-20,5	63.159	-2,9	
2010	5.113	43,7	27.380	26,9	52.648	0,2	5.724	37,1	30.907	20,8	60.298	-4,5	
2011	5.817	13,8	34.205	24,9	67.934	29,0	6.103	6,6	36.322	17,5	73.653	22,1	
2012	5.934	2,0	38.024	11,2	77.472	14,0	5.934	-2,8	38.318	5,5	79.166	7,5	

Fonte: SRF – Análise da Arrecadação, diversas edições. Org. Anfip e Fundação Anfip.

empresas em 2010 e em 2011 e o seu declínio em 2012. A receita da Cide-Combustíveis esteve vinculada ao seu uso, pelo governo, muito mais como um tributo regulador do que fiscal propriamente dito. As mudanças nos valores dessa contribuição variaram tanto para assegurar a produção, no caso do álcool, quanto para diminuir o preço do produto, como recentemente foi decidido. A Tabela 22 apresenta os números da arrecadação desse conjunto de contribuições.

Tabela 22: Receitas arrecadadas de contribuições sociais (Cofins, Pis-Pasep e CSLL) e da contribuição econômica (Cide-Combustíveis), em junho de 2008 a 2012, em valores mensais, acumulados no exercício e em doze meses, valores correntes e constantes.

As receitas das contribuições previdenciárias acompanharam o bom momento do mercado de trabalho, que vem gerando empregos, mesmo diante do baixo desempenho da economia. O quantitativo dos novos postos formais de emprego vem diminuindo, mas ainda é alto, dado o tamanho da crise internacional e as suas implicações para a economia nacional (veja Tabela 11). Como a renda do trabalho também apresenta uma evolução positiva, a massa salarial tem crescido pela combinação desses dois fatores. Essa situação pode ser vista na Tabela 23 onde, mesmo em 2009, naturalmente em patamares menos elevados, houve uma expansão real dessa arrecadação. Em junho de 2012, no acumulado de doze meses, o aumento real foi de 8,4%, comparado a igual período de 2011.

Tabela 23: Receitas arrecadadas da contribuição previdenciária, em junho de 2008 a 2012, em valores mensais, acumulados no exercício e em doze meses, valores correntes e constantes.

Receita Previdenciária												
Valores correntes						valores constantes (IPCA)						
Mensal		Acumulado				Mensal		Acumulado				
Junho	%	até junho	%	12 meses	%	Junho	%	até junho	%	12 meses	%	
2008	14.205		82.405		166.600	17.474		103.046		211.519		
2009	15.597	9,8	91.996	11,6	190.068	14,1	18.308	4,8	109.065	5,8	228.023	7,8
2010	18.347	17,6	106.023	15,2	214.763	13,0	20.540	12,2	119.718	9,8	246.143	7,9
2011	21.490	17,1	123.369	16,4	250.955	16,9	22.547	9,8	130.992	9,4	272.044	10,5
2012	23.873	11,1	140.596	14,0	288.815	15,1	23.873	5,9	141.668	8,1	294.994	8,4

Fonte: SRF – Análise da Arrecadação, diversas edições. Org. Anfip e Fundação Anfip.

Tabela 22: Receitas arrecadadas de contribuições sociais (Cofins, Pis-Pasep e CSLL) e da contribuição econômica (Cide-Combustíveis), em junho de 2008 a 2012, em valores mensais, acumulados no exercício e em doze meses, valores correntes e constantes.

Receita Contribuições (CPMF, COFINS, PIS/PASEP, CSLL e CIDE-COMBUSTÍVEIS)												
Valores correntes						valores constantes (IPCA)						
Mensal		Acumulado				Mensal		Acumulado				
Junho	%	até junho	%	12 meses	%	Junho	%	até junho	%	12 meses	%	
2008	17.635		100.165		209.655	21.694		125.297		266.484		
2009	16.455	-6,7	98.782	-1,4	202.068	-3,6	19.314	-11,0	117.139	-6,5	242.546	-9,0
2010	19.100	16,1	118.699	20,2	237.422	17,5	21.384	10,7	134.108	14,5	272.218	12,2
2011	22.567	18,1	138.743	16,9	274.877	15,8	23.676	10,7	147.428	9,9	298.030	9,5
2012	23.996	6,3	148.682	7,2	299.647	9,0	23.996	1,4	149.889	1,7	306.324	2,8

Fonte: SRF – Análise da Arrecadação, diversas edições. Org. Anfip e Fundação Anfip.



**Jandira Feghali**  
Médica e deputada federal

# Preservando o orçamento da Seguridade

Uma das grandes conquistas da Constituição de 1988 foi estabelecer um sistema de Seguridade Social com fontes específicas para seu financiamento. Hoje, a Constituição determina que a Seguridade, que inclui Saúde, Previdência e Assistência Social, deve ser financiada por contribuições sobre a folha (as previdenciárias), sobre o faturamento (a Cofins e o PIS) e sobre o lucro (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL).



Quando se discute a redução ou a isenção de impostos, é preciso verificar a que fim se destinam para que não recaia sobre o orçamento da Seguridade o ônus de desonerações que têm objetivos diversos daqueles propostos pelo sistema de proteção social. Assim, é justo que saiam do orçamento da Seguridade os recursos necessários para cobrir a desoneração da contribuição previdenciária das microempresas, por exemplo. Isso porque tal medida tem como alvo a geração de vagas no mercado de trabalho formal, ou seja, é uma medida de forte impacto social.

No entanto, os incentivos agora adotados em benefício das indústrias, que, sem dúvida, necessitam de medidas que as tornem mais competitivas frente ao atual desequilíbrio cambial, têm motivações diferenciadas. Refiro-me à recente aprovação da Medida Provisória 563/12, que faz parte do Plano Brasil Maior de estímulo à economia, e concede isenção tributária a produtos, estabelece regimes fiscais diferenciados e desonera a folha de pagamentos de alguns setores.

Notoriamente, esse subsídio, concedido inicialmente a alguns segmentos industriais e estendido a vários outros durante a tramitação da MP, não pode ser coberto com recursos da Seguridade Social, pois buscam solução para problemas que se originam, em maior grau, da depreciação cambial. Sem mencionar que, constitucionalmente, não cabe ao Orçamento da Seguridade Social financiar essas medidas corretivas.

Diante de tal motivação, para tais benefícios, o correto seria que a compensação das renúncias das contribuições previdenciárias fosse feita com recursos do Orçamento Fiscal. Quando a compensação se dá com recursos da Seguridade,

penaliza-se o financiamento das atividades próprias desse Orçamento.

Durante o debate que se fez quando da aprovação da regulamentação da emenda constitucional nº 29, pouco avançamos na construção de um sistema de saúde integral e universal. O principal problema remanescente continua o subfinanciamento, sob argumento de que a União não poderia arcar com a expansão demandada. Mas, vejamos. Em 7 anos, as renúncias das receitas da Cofins saltaram de R\$ 5,4 bilhões, em 2005, para R\$ 34,6 bilhões, em 2011, uma variação de 500%. No mesmo período, os investimentos em saúde pularam de R\$ 34,5 bilhões para R\$ 72,3 bilhões, variação de 100%. Note-se que as estimativas de renúncia no ano de 2011 equivalem à metade de toda a despesa em Saúde.

Os incentivos são necessários e têm ajudado o país a atravessar com relativa tranquilidade as turbulências causadas pela crise internacional. É justo que o Estado intervenha e, dentro de uma visão desenvolvimentista, crie mecanismos para conferir competitividade à indústria e, ao mesmo tempo, poupe os que vivem da renda do trabalho de seus efeitos perversos. Mas não podemos admitir que isso se dê em prejuízo dos recursos que se destinam a Saúde, Previdência e Assistência Social.

Com esse argumento travamos uma luta, sem sucesso, desde a primeira tentativa de reforma tributária no Congresso Nacional. Agora, a partir de emenda por mim apresentada e aprovada, recupera-se o conceito de Seguridade Social e, pela primeira vez, se dá um passo importante na direção de preservar os recursos do orçamento da Seguridade Social. Em 2011, esses recursos somaram R\$ 528 bilhões. Destes, R\$ 451 bilhões foram aplicados em Saúde, Assistência e Previdência Social. A diferença tem sido destinada, todos os anos, a arcar com despesas estranhas à Seguridade, ou seja, o orçamento da Seguridade já sofre com destinações outras daquelas previstas constitucionalmente. Nada mais justo que seja recomposto quando a política econômica dele se socorre.

# Fundação ANFIP

## **Nossa MISSÃO**

Produzir e disseminar conhecimento na área de seguridade social e tributária, em todo o território nacional, contribuindo para a defesa e a preservação dos direitos sociais e da cidadania.

## **Nossa VISÃO DE FUTURO**

Ser um centro de excelência no conhecimento aplicado às políticas sociais.

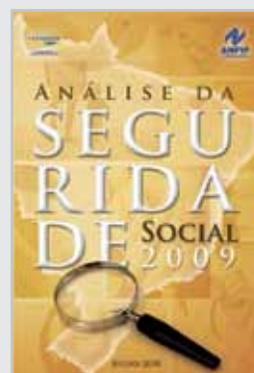
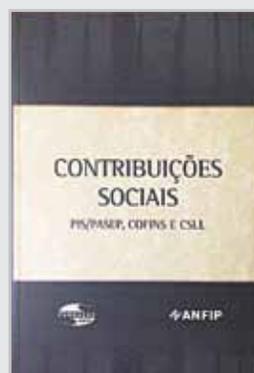
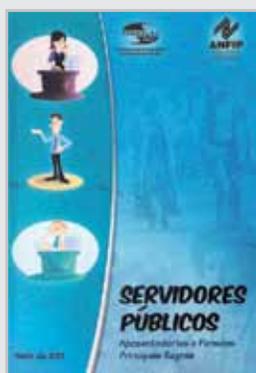
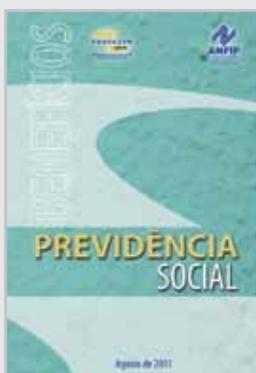
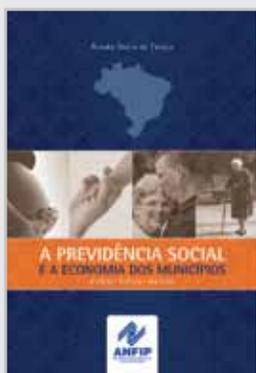
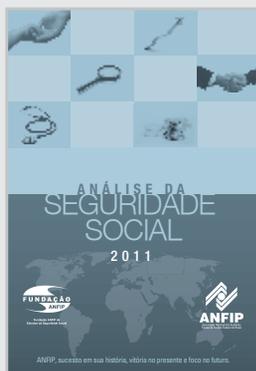


Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social

**[www.fundacaoanfip.org.br](http://www.fundacaoanfip.org.br)**

SBN Quadra 01 Bloco H Edifício ANFIP Sala 45 - CEP 70.040-907 / Brasília - DF  
Telefone: (61) 3326-0676 Fax: 3326-0646 / [fundacao@anfip.org.br](mailto:fundacao@anfip.org.br)

Na página da **ANFIP** na internet, em [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br), você encontra várias publicações de livre acesso. Basta baixar no seu computador e ler. Aproveite para conhecer tudo sobre **Previdência e Seguridade Social**, entre outros assuntos de grande interesse.



 [www.facebook.com/anfipnacional](http://www.facebook.com/anfipnacional)

 [www.twitter.com/anfipnacional](http://www.twitter.com/anfipnacional)

 [www.youtube.com/anfipoficial](http://www.youtube.com/anfipoficial)

